

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 015

PRESIDENTE - ORENCY FRANCISCO DA SILVA

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Boa tarde a todos. Nós, do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, agradecemos a presença dos membros dos diretórios; das representações nos mandatos de Vereadores; daqueles que participam dos executivos municipais; e dos dirigentes municipais do partido dos trabalhadores em todo Estado de Mato Grosso.

Essa é uma atividade interna, que nós estamos realizando, para a militância, para os dirigentes partidários que têm por finalidade tomarem conhecimento e fazerem o debate sobre o Programa Fome Zero.

Gostaríamos de lembrar aqueles que aqui estão, e que não são dirigentes do Partido dos Trabalhadores, que a partir das 17:00 Horas, no Liceu Cuiabano, nós teremos, aí sim, um Seminário aberto a toda a população para que possamos divulgar, para toda a sociedade cuiabana, o Programa Fome Zero que está sendo colocado em prática pelo Governo Lula.

Nós faremos a composição da Mesa e, nesse momento, convidamos para fazer parte da mesma o Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso e Secretário do Desenvolvimento do Centro Oeste do Ministério de integração, o Sr. Alexandre César; a Secretária Nacional Extraordinária do Partido dos Trabalhadores, para acompanhamento do Programa Fome Zero, a companheira, Sr^a Marlene Rocha, de Santa Catarina.

Estamos aguardando a presença do companheiro, Sr. Otávio Valentim, que é assessor do Ministério da Segurança Alimentar. E, assim que ele chegar nós o convidaremos para participar da Mesa.

Queremos convidar para participar conosco da Mesa o companheiro, Sr. Nelson Borges, indicado pela executiva estadual do PT, para fazer o acompanhamento do Programa Fome Zero no Estado. O Sr. Nelson Borges que é suplente de Deputado, coordenador político do escritório do Deputado Carlos Abicalil, e Secretário Agrário do Diretório Estadual do PT.

Gostaríamos de convidar a Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, companheira Deputada Verinha Araújo. Eu sei que ela terá que viajar, mas, ficará conosco por alguns momentos ainda.

Nós queremos dizer que foi entregue por escrito, à Mesa, a justificativa da ausência do Deputado Ságua que tem uma atividade no Município de Rondolândia, portanto, não estará conosco aqui, hoje. O Deputado Federal Carlos Abicalil e a Senadora Serys Slhessarenko, Partido dos Trabalhadores, já estão em São Paulo para participar do Seminário Nacional sobre a reforma da Previdência, que está sendo promovido pelo Partido dos Trabalhadores. Eles não estão aqui, em função dessa atividade. A Deputada Verinha Araújo também, ausentar-se-á, daqui a pouco, para viajar para São Paulo.

Companheiros e companheiras, nós vamos abrir rapidamente a palavra para os companheiros: Sr. Alexandre César, Sr. Nelson Borges e a companheira Deputada Verinha Araújo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

para fazerem as suas saudações e um rápido comentário sobre o assunto “Programa Fome Zero”. Logo em seguida, nós ouviremos os nossos convidados para esta atividade, a companheira Marlene Rocha e o companheiro Otávio Valentim que chegará em breve.

Com a palavra, o companheiro Presidente do Partidos dos Trabalhadores de Mato Grosso, Sr. Alexandre César.

O SR. ALEXANDRE CÉSAR – Boa-tarde, companheiros e companheiras. Ainda não deu tempo para conversar com todos, apesar de ter chegado bem no início, mas depois conversarei com cada um.

Quero, antes de saudar os integrantes da Mesa, agradecer a presença maciça dos companheiros do PT de todo o Estado de Mato Grosso, neste evento, o que mostra, de fato, um grande interesse e um grande compromisso que nós temos com o sucesso desse Programa, que é o grande programa, guarda chuva de ações sociais, do Governo Lula. Portanto, depende do nosso engajamento, do nosso conhecimento, da nossa capacidade de multiplicação e também da nossa capacidade de fiscalização para que não ocorram desvios na sua execução e que nós estejamos presentes, atuantes, diligentes e dirigentes dessa atividade.

Quero saudar o companheiro Nelson Borges que está designado para representar o Diretório Estadual, para ser o dirigente estadual que também acompanha o Programa aqui no Estado de Mato Grosso; o companheiro Oreny Francisco da Silva, nosso Suplente de Senador, Secretário de Comunicação do Diretório Estadual; a Deputada Verinha Araújo, do PT - que sairá daqui a pouco, mas é para estar presente no debate, o grande debate que está sendo promovido em São Paulo sobre as Reformas que foram encaminhadas ao Congresso Nacional; a companheira Marlene Rocha, membro do Diretório Nacional, da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores e Secretária da Secretaria Extraordinária para Acompanhamento do Programa Fome Zero, do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Eu, na verdade, não quero falar sobre o Programa Fome Zero, porque acho que nós teremos hoje, um banho do Programa Fome Zero. Primeiro, neste nosso Seminário interno e depois num Seminário com toda a sociedade para discutir as formas de participação. Penso que esta nossa atividade aqui é uma atividade voltada ao nosso engajamento militante no resultado desse Programa. Portanto, ele tem uma responsabilidade que transcende a participação social ou sindical militante de outras esferas, de cada um e de cada uma que está aqui. Transcende, porque como este Programa é a marca, é o carro-chefe, é o grande instrumento do Presidente Lula para fazer as transformações que retirarão o nosso povo, em sua grande maioria, do estado de miséria e de abandono em que se encontram. É preciso que cada um e cada uma, cada militante e principalmente cada dirigente, cada detentor de mandato em nome do Partido dos Trabalhadores tenha esse Programa como seu.

Dizia ontem numa entrevista, quando algumas pessoas - segundo a jornalista -, teriam formulado algumas reclamações de que nem todos os companheiros do PT, históricos, tiveram espaço no Governo Lula, eu disse: Olha, infelizmente, o Governo Lula não é Governo exclusivamente do PT e mesmo que fosse não teríamos espaço para todos os filiados do PT, no país, principalmente, em Mato Grosso. Nós sempre defendemos uma bandeira de que, na sua grande maioria, os cargos em Comissão do Governo deveriam ser preenchidos por funcionários de carreira e isso tem sido cumprido pelo Presidente Lula. Nós defendemos uma bandeira de que, para a garantia da qualidade do serviço público era preciso que aqueles que exercessem os cargos públicos não fossem somente por indicações políticos, mas que tivessem também garantia e compromisso técnico, de formação técnica para o exercício daqueles cargos.

Portanto, é com esses instrumentos que nós estamos montando - é claro, além do espaço destinado aos nossos aliados-, a base de sustentação do Presidente do Congresso Nacional, e que estamos montando o Governo no Estado de Mato Grosso e no País todo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu dizia para a jornalista: Não é possível pensarmos no Governo como uma corrida de transmissão dos interesses do Partido. O Partido tem que ser parte do Governo, sim, não porque ocupa um cargo em comissão ou porque é funcionário de carreira; o Partido tem que ser parte do Governo, sim, para poder repercutir em cada rincão do nosso Estado, do nosso País, as políticas que o Presidente têm desencadeado a partir de Brasília.

E o Programa Fome Zero é a política central, por isso é que nós estamos aqui reunidos hoje. É a forma que cada um de nós temos, dispomos, de dar nossa contribuição para o sucesso do Governo que também é nosso, porque se nós formos pensar a lógica de um Governo popular e democrático a partir da lógica dos partidos tradicionais, onde só vale aquele que está formalmente engajado através de um cargo, nós podemos parar por aqui. A trajetória histórica dos vinte e três anos do PT encerra-se num Governo. Nós sabemos que a tarefa vai além para conquistar a hegemonia na sociedade, para poder fazer as grandes transformações que possam levar, realmente, a mudança do modelo econômico que nós vivemos e que um Governo sozinho, os quadros do Governo, não dá conta.

Por isso, o Programa Fome Zero é além de um Programa governamental, um instrumento concreto de transformação social e que cada petista tem que estar envolvido, participante, atuante, dirigente e, também, atuando como dirigente para esse Programa ter sucesso.

Novamente eu agradeço; agradeço também aos funcionários da Assembléia Legislativa; as funcionárias da Assembléia Legislativa que estão dando apoio para nós nesta atividade; e a cada um e a cada uma que se deslocaram dos mais distantes rincões do nosso Estado para, hoje, juntos, pensarmos, formularmos, nos formarmos para podermos atuar, efetivamente, em cada uma das cidades do Estado de Mato Grosso, para que o Governo Lula tenha sucesso!

Muito obrigado, que esse sucesso seja nosso (PALMAS)!

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Muito obrigado, Sr. Alexandre César.

Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO –Boa-tarde companheiros e companheiras. Nós estamos aqui, hoje, neste debate, que é interno ao Partido dos Trabalhadores, sobre o nosso Projeto que é um Projeto que visa, realmente, trabalhar com as inclusões sociais que precisa ocorrer neste País.

Quero aqui cumprimentar a companheira Marlene Rocha que é do Diretório Nacional do Partido que é a responsável pelo Partido a nível nacional para implementar em nível das nossas instâncias o Projeto no País todo.

Cumprimentar os companheiros: Alexandre César, Oreny Francisco da Silva e o Nelson Borges que aqui representa o companheiro Deputado Federal, Carlos Abicalil.

É um prazer revermos vários companheiros e companheiras do interior, que nos cruzamos este ano, por aí, nas nossas caminhadas, e que estamos com esta construção histórica, neste momento, no País. Os desafios são muito grandes, nós temos uma caminhada a construir para mudar a história deste País e essa caminhada não pode ser apenas daqueles e daquelas que hoje estão ocupando cargos ou que tem mandato.

Nós vamos construir este Governo Lula. Todos nós. Por isso é importante quando nós nos reunimos esta tarde aqui para discutir esse Projeto. Como é que nós, militantes desse Partido, vamos fazer com que ele ocorra lá na prática, no dia-a-dia nas comunidades? Por isso nós temos que tomar o Projeto para nós, porque ele é um Projeto que foi falado, foi idealizado, pensado pelo nosso Presidente.

Nós temos que tomar muito cuidado para que outros não se apoderem dele e não façam aquilo que precisa ser feito. Nós já estamos vendo em diversos locais que estão se apoderando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

do Projeto e na verdade não querem fazer com que o Projeto seja um Projeto de inclusão social. Esse Projeto não é para distribuir só a cesta básica, apesar de que, nós vamos ter, sim, que nos primeiros momentos trabalhar com isso, pois, há muitas pessoas passando fome e precisam dessa cesta básica. Mas ele é muito mais do que isso é trabalharmos com geração de emprego, com o pequeno produtor, com a questão da alfabetização de jovens e adultos, que precisa ocorrer, é a questão da saúde, quer dizer, ele é uma variante que dá para trabalhar outros setores de inclusão social.

Eu quero dizer aos companheiros e às companheiras, que aqui na Assembléia Legislativa a nossa Bancada do PT - o companheiro Deputado Ságuas não pôde estar aqui porque ele está em atividade do Partido lá em Rondolândia -, apresentamos uma Indicação ao Governo do Estado para que fosse enviada à Casa, a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar. O Governo do Estado enviou, só que a composição do Conselho é a metade governamental e a metade não governamental. Nós já estamos apresentando Emendas para que ele seja um Conselho um por cento Governo, e dois por centos sociedade civil organizada, porque quem fará com que esse Projeto chegue nas comunidades são aquelas entidades que já trabalham com isso. Nós sabemos de muitas entidades que, hoje, trabalham com a questão da segurança alimentar em várias comunidades.

Nós temos, aqui, o companheiro, da nossa assessoria, o Sr. Israel, que é evangélico, e há Igrejas Evangélicas que trabalham com isso, a própria Igreja Católica, os espíritas, etc. Nós precisamos trazer esses setores que fazem esse trabalho, também, para esse Conselho. Por isso, o Conselho não pode ter um caráter somente Governamental. Nós precisamos levar para esse Conselho aqueles que, hoje, desenvolvem ações nesse setor. Por isso, colocamo-nos à disposição para fazer com que esse Conselho seja aprovado o mais rápido possível, até para constituí-lo com essas entidades do movimento popular.

Eu deixo, aqui, um abraço. A minha assessoria ficará aqui, e depois irá para o a escola Liceu Cuiabano. Nós estamos indo para o Seminário Nacional do PT sobre reforma da previdência, porque nós compomos a Comissão Especial, da Assembléia Legislativa, que trata da reforma da previdência e precisamos ter todas essas informações, pois aqui, na Assembléia Legislativa, quem defende o Governo Lula é a Bancada do PT. Por enquanto, não há outra Bancada. Quando as coisas aparecem aqui, quem tem que esclarecer, quem tem que defender, é a Bancada do PT. Nós temos que estar preparados para esse embate, companheiros e, ao mesmo tempo, implementando e esclarecendo as ações do Governo.

Eu deixo um abraço a todos. Que esse Seminário, realmente, aponte para essa organização que faremos para construir essa militância. Nós teremos que ser os verdadeiros militantes. Quem acha que a campanha acabou, que o Governo se elegeu, que está bom, e vamos cruzar os braços, está enganado. É agora que vamos começar a construir esse Governo. A nossa militância continua. Um beijo, um abraço, para todos. Tenham todos um bom encontro (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Obrigado, Deputada Verinha Araújo.

Passamos a palavra, ao Sr. Nelson Borges, que representou o Executivo, em uma atividade nacional, representou o Diretório Estadual. E ele foi o indicado para coordenador o Programa Fome Zero no Estado.

O SR. NELSON BORGES – Boa-tarde a todos os companheiros e companheiras de todas as regiões do Estado.

Saúdo a Mesa na pessoa da Sr^a Marlene Rocha, nossa Secretária Extraordinária Nacional, que está representando o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores; o Sr. Alexandre César, representante estadual; a Sr^a Deputada Verinha Araújo, Líder do PT na Assembléia Legislativa; o Sr. Orenco Francisco da Silva, que está na coordenação da Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Têm duas questões que considero importantes serem colocadas. Eu tive a oportunidade de ser indicado pela Executiva Regional, também, extraordinariamente, até porque tinha a possibilidade de participar deste seminário, e não teve reunião do Diretório para discutir essa indicação e, também, a importância dessa participação.

Eu acho que este é o momento - com a participação dos diretórios municipais de todas as regiões do Estado-, de dar a nossa contribuição e, ao mesmo tempo, da possibilidade de avaliar e, por outro lado, entender por dentro - e aí a participação da Sr^a Marlene Rocha é fundamental no sentido de contribuir nessa discussão -, e ter elementos para que possamos contribuir, efetivamente, na construção daquele que é o Programa prioritário, pelo menos nesse primeiro ano de Governo, como a vitrine do Governo Lula.

Eu acho que, com certeza, desdobrará nos anos futuros. Mas, nós temos uma responsabilidade muito grande, neste momento, de consolidar e, ao mesmo tempo, colocar para a sociedade a importância de como ela poderá participar efetivamente do Programa Fome Zero.

Eu acho que esse é o desafio de todos nós e, principalmente, dos militantes partidários, até porque nós temos uma cobrança muito grande para tomar a iniciativa.

Assim como, aqui, na Assembléia Legislativa já foi tomada a iniciativa da constituição do Conselho Estadual, os Municípios também têm que tomar a iniciativa na constituição dos Conselhos Municipais.

Nós temos, também, essa responsabilidade que, com certeza, muitos já estão encaminhando e outros, após essa discussão, terão elementos suficientes para tomar a iniciativa.

Eu acho que esse é o espaço que vamos ter e o desafio da contribuição partidária de ajudar a construir o nosso Governo - e o PT é o Partido do Presidente da República e não tem como deslocar isso -, nós temos essa responsabilidade e é importante que façamos isso, com toda clareza, com toda humildade, também, de receber contribuições.

Hoje, nós estivemos, numa reunião na Casa Civil, a possibilidade do próprio Governador, já agora, no dia seis, com a presença do Presidente Lula, aqui, no Estado de Mato Grosso, de construir uma iniciativa empresarial de apoio - que é uma das linhas do Programa-, ao Programa Fome Zero. E nós queremos que outros venham participar. Eu concordo com a Deputada Verinha Araújo: se há uma proposta do Conselho Estadual aqui na Assembléia, paritário, temos que lutar para que dois terços possa ser da sociedade civil, valorizando cada vez mais essa participação. Acho que é com esse intuito que estamos aqui.

Mais uma vez, nós agradecemos a presença da Secretária Nacional e, muito mais ainda, dos companheiros que se deslocaram para participar deste evento e, quem sabe, no retorno, construir muito mais o referencial do partido e o Governo Lula. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Muito obrigado, companheiro Nelson Borges.

Dando continuidade, vamos ouvir a exposição da companheira Marlene Rocha antes, porém, registramos a presença dos companheiros dos Municípios, além de Cuiabá e Várzea Grande aqui presentes, de Torixoréu, Jangada, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Cáceres, São José dos Quatro Marcos, Acorizal, Porto Esperidião, Juína, Mirassol d'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Campo Novo do Parecis, Canabrava do Norte, Primavera do Leste, Colíder, Ribeirãozinho, Santa Rita do Trivelato, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Aripuanã, Rosário Oeste, Novo São Joaquim, Barra do Garças, Pontal do Araguaia, Nova Brasilândia e Guiratinga. Pelas informações que nos chegaram, são esses os Municípios que aqui estão representados. Se tiver algum companheiro de algum Município que não foi citado, por favor, apresente-se para a Sr^a Silbene, para que ela registre e passe para a Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Sem mais delongas, nós ouviremos a exposição da Secretária Nacional Extraordinária do PT para Acompanhamento do Programa Fome Zero, Sr^a Marlene Rocha.

A SR^a MARLENE ROCHA - Boa-tarde, companheiras e companheiros, é realmente uma bela surpresa numa sexta-feira nos reunir com tantos Municípios, tantos diretórios, dirigentes Municipais e estaduais do PT, com Vereadores, a Deputada, o Presidente do Partido e agora membro do Governo Federal.

Essa é uma tarefa que temos cobrado dos nossos diretórios estaduais, de organizar atividades como esta para conversarmos com os petistas e poder também aproveitar essas viagens para conversar também com entidades da sociedade civil.

Na prática, nós estamos com dois meses de trabalhos na Secretaria. Nós criamos a Secretaria no dia quinze de março na última reunião do Diretório Nacional.

E de lá pra cá nós realizamos um Seminário em Brasília com um representante de cada Diretório Estadual, estavam os vinte e seis Estados, presentes neste Seminário. Só o Maranhão é que não participou, por conta de uma atividade que eles tinham na mesma data, lá no Maranhão. Mas, mesmo assim já designaram um coordenador, já realizaram um Seminário lá no Estado, e estão fazendo Seminários Regionais, agora, por conta da dificuldade que é de se juntar todo mundo em um local só.

Mas, agora, nós estamos com articulações nos vinte e sete Estados. O nosso desafio não é pequeno, por isso nós temos procurado conversar com a Militância do PT, e conversar também com entidades, porque, nós precisamos de parceiros, nós precisamos de aliados.

Todo aqueles que se dispuserem a contribuir com o Programa Fome Zero, mas principalmente de incorporar a concepção do Programa Fome Zero que é na verdade uma política de segurança alimentar para o País.

Ele é completamente diferente de todas as políticas assistenciais que já foram implantadas neste País, diferente de todas as políticas assistências que existe nas Prefeituras e Governos de Estado. E para fazer com que esses administradores que são, também, agentes importantes para implantar o Programa, fazer com que eles compreendam a diferença de concepção, que não é uma tarefa fácil.

É por isso então, que nós precisamos que os companheiros do PT os Dirigentes compreendam o que é o Programa, e possam fazer a disputa na sociedade dessa concepção do Programa.

Essa é a expectativa que tem o Presidente Lula, dos petistas, em relação à Fome Zero. É podermos disputar, na sociedade, a concepção o Programa. Agora, vou ler para os senhores a introdução de uma Cartilha do PT, que diz o seguinte na apresentação: “Estamos lançando esta cartilha, ao iniciar uma viagem de três mil quilômetros pelo Brasil. Passaremos por algumas das áreas onde o problema da fome atinge limites muito graves. Vamos repetir o caminho que tantos milhões de brasileiros já percorreram deixando sua casa, sua terra, e parte da sua família em busca de trabalho e de uma vida melhor no Sul. Queremos nessa viagem levar uma palavra de esperança, mostrar que o Brasil tem jeito, que é possível mudar essas coisas, que é possível acabar com a fome em um País, tão rico, como o nosso.

A Cartilha foi feita para mostrar um caminho possível, mostrar propostas concretas e plenamente realizáveis. Ela tenta resumir numa linguagem que o povo possa entender, a política nacional de segurança alimentar, elaborada, sob a coordenação de José Gomes da Silva, durante as atividades do Governo paralelo, que nós fundamos em um mil novecentos e noventa, para fiscalizar o Collor de Melo. O impeachment mostrou para toda sociedade o verdadeiro caráter daquele Governo. Agora, já não há necessidade de um Governo paralelo para vigiar. Mas a luta continua,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

porque a fome permanece e as injustiças permanecem. Tudo que o atual Governo fizer seriamente, contra a fome, merecerá o nosso apoio. No que for vacilante ou conservador, será cobrado.

Mas a Cartilha mostra que a luta contra a fome não depende apenas do Governo Federal, depende também, dos Estados e municípios; depende principalmente das forças vivas da sociedade, porque só venceremos essa guerra se unirmos sindicatos, igrejas, universidades, associações de moradores, parlamentares, imprensa, forças armadas, empresários sérios, no mesmo lado dessa batalha. Os que se unirem nessa luta contra a fome poderão continuar separados em suas idéias políticas, como é natural numa democracia. Mas, nenhuma rivalidade partidária e nenhum interesse eleitoral podem ser colocados na frente dessa luta maior, porque o combate à fome é o desafio Nº 01 a ser assumido por todos os brasileiros sem mais demora.

Garanhuns - PE, 24 de abril de 1993.

Luiz Inácio Lula da Silva”.

Isso é só para entendermos que essa prioridade que o Sr. Presidente Lula coloca no seu Governo é uma luta que ele, junto com o nosso Partido, assumiu há muitos anos atrás. Dessa Cartilha até hoje, são dez anos. Não é uma coisa nova. E senhores podem ver que nessa apresentação que o Sr. Presidente Lula faz, ele coloca tudo aquilo que ele tem dito hoje. Esta é uma batalha que vem sendo perseguida há mais de dez anos. Que começou a ser elaborada a partir do Governo paralelo, no início dos anos noventa, depois da eleição que o Sr. Presidente Lula disputou pela primeira vez a Presidência da República. Quem coordenava a elaboração dessa política era o pai do atual Ministro. O Sr. José Gomes da Silva era o pai do Sr. José Graziano.

E além dele, outros companheiros que continuam hoje, inclusive, na equipe do Graziano, foram responsáveis pela elaboração dessa política. O próprio Presidente Lula que contribuiu muito. Essa viagem que ele cita, aqui, foi a primeira caravana da cidadania. O Sr. Flávio Valente, o Sr. Renato Maluf, o Sr. José Gomes da Silva, o Sr. José Roberto Scorcio e outros colaboradores desde entidades sindicais, entidades da sociedade civil ajudaram a elaborar esse projeto que hoje se transformou no programa de Governo, que foi batizado de Fome Zero, mas que é uma política de segurança alimentar para o Brasil.

Hoje, nós vemos isso sendo implantado a partir de um Governo, que tem o compromisso histórico de combate a fome. E aí no final da cartilha, ele diz o seguinte: que o conjunto de orientações resumidas nessa cartilha, que está sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar, só pode virar realidade se o Brasil tiver governos comprometidos com uma proposta de mudança profunda na sociedade e, hoje, nós temos esse Governo.

A nossa responsabilidade para com o sucesso do Programa Fome Zero, é muito maior do que qualquer outro cidadão. Nós, petistas, temos o compromisso com esse Programa, que é um compromisso histórico, apesar de ter tanto tempo de discussão, de elaboração dessa política dentro do PT, a política de segurança alimentar não é uma coisa tão simples e tão corriqueira na nossa vida militante. Nós conhecemos muito, com muita facilidade, qual é a política do PT para a educação, para a saúde, para reforma agrária, para a questão agrária, nós assimilamos isso durante esses vinte e três anos da nossa história e sabemos de cor e saltado qual é a política.

A política de segurança alimentar é uma coisa nova para militância do PT. Todo esse debate acabou ficando restrito a um grupo de petista, de intelectuais que atuam na área e, depois do governo paralelo, foi criado o Instituto da Cidadania. E esse debate continuou, então, sendo construído durante todos esses anos, serviu de base para todas as campanhas eleitorais do Presidente Lula e serviu de base, também, para o programa de Governo cujo elegemos o Presidente Lula.

O que é que nós precisamos entender hoje? De toda essa elaboração, de toda essa história de debate, de construção dessa política, como é que ele está sendo pensado na sua implementação hoje?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

A primeira coisa que nós precisamos entender é que o Programa Fome Zero, portanto, não é uma política apenas de combater à fome em si, os problemas da fome, mas combater as causas da fome.

Portanto, há articulação entre os vários Ministérios. O Ministério de Segurança Alimentar tem a tarefa de articular as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação, como: programas de alfabetização; inclusão da Criança na Escola; merenda Escolar; bolsa-escola. São todos Programas que são voltados para esse público alvo do Programa de Política de Segurança Alimentar.

As políticas desenvolvidas pelo Ministério da Reforma Agrária, que dispensa maiores comentários.

As políticas desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, desde programas de habitação; programas de saneamento básico, de implantação de usinas e reciclagem de lixo; programas de recuperação habitacional, de infra-estrutura urbana. São todas políticas que têm também como público alvo o mesmo público do Programa Fome Zero.

Políticas desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Assistência Social. Então, são todas políticas que são articuladas pelo MESA - Ministério de Segurança Alimentar.

Ele tem esse aspecto das políticas estruturais. Tem o segundo aspecto que são políticas emergenciais, que tenta atender a emergência de quem passa fome. Precisa-se ter várias ações que vão no sentido de diminuir a fome daqueles que estão passando fome, neste momento, e que aí são políticas como o cartão alimentação, a distribuição de cestas básicas o próprio mutirão de solidariedade que tem o objetivo de fazer com que uma parte da sociedade contribua também com doações; articular várias ações que já existem nas Prefeituras e nos Governos Estaduais; tentar trabalha-las com essa nova concepção para que a assistência social não seja apenas uma ação remediável, mas que seja uma ação vinculada com políticas que tira as pessoas da exclusão e que sejam elaboradas a partir de outras ações que possam incluir essas famílias e tirá-las da dependência; políticas que vão no sentido de garantir o acesso ao alimento mais barato, como restaurantes populares, sacolões ou cestões que têm feiras livres, cada região do País tem um nome.

Garantir ao produtor que tem, muitas vezes, dificuldade de escoamento da sua produção ou de um mercado para vender o seu produto mais diretamente, que possam ser desenvolvidas políticas nesse sentido, garantindo o barateamento do alimento; políticas no sentido de orientar as famílias para que elaborem alimentos com capacidade nutricional, que possa recuperar, inclusive, a cultura alimentar de cada região do País. Por conta do próprio processo de globalização, nós, no Brasil, também, sofremos as conseqüências disso. E a alimentação do Brasil inteiro passou a ser, praticamente, uma só por conta da própria cultura da globalização. Essa é uma tentativa de recuperar a característica alimentar de cada região, proporcionando, inclusive, o acesso ao alimento mais barato e até a produção de alimentos típicos de cada região.

O Programa articula essas políticas estruturais com políticas emergenciais e políticas locais.

Um terceiro aspecto do programa, nós chamamos de Mutirão Nacional Contra a Fome que procura mobilizar a sociedade em torno dele. Agora, tudo que o Presidente Lula tem conseguido fazer é estimular a sociedade, individualmente, a participar do programa com doações de alimentos.

O que nós, petistas, precisamos fazer é mostrar para as pessoas que a solidariedade delas não precisa se resumir, apenas, a um quilo de arroz, de feijão ou de farinha, mas que elas possam integrar-se no Programa Fome Zero a partir dos seus conhecimentos, das suas capacidades

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

profissionais, das suas ações política e social. Então, o mutirão pretende articular a solidariedade, a boa vontade, com aqueles que, inclusive, já desenvolvem ações de combate à fome e à pobreza.

Nós estivemos agora, à tarde, em uma entidade aqui, em Cuiabá, chamada Flor do Sertão - eu acho que uma boa parte dos senhores já conhecem a entidade, ou melhor, Flor do Cerrado, desculpem-me-, que desenvolve ação no sentido de tirar crianças e famílias que viviam em torno de um lixão, aqui, em Cuiabá. Essa entidade garante para cada família uma bolsa-escola no valor de setenta reais, para que mantenham suas crianças na escola e no outro período as crianças vão para esse Centro, que hoje tem uma sede própria, com quadra de esportes, biblioteca. As crianças lá recebem lanche e participam de várias atividades culturais, de teatro, música, esporte, vários tipos de esportes.

Como essa entidade, nós temos aos milhares pelo Brasil afora. São entidades sérias, que desenvolvem um trabalho sério, e que buscam soluções para problemas da fome.

Nós tivemos, hoje, o depoimento de uma senhora que consegue sustentar a família sozinha, porque o marido é doente, não trabalha, não tem condições de trabalhar. Ela faz coleta de lixo. Ela e os filhos viviam do lixão. Ela disse que muitas vezes comeu a comida que catava no lixão. Hoje, onde existia o lixão é a sede da Flor do Cerrado.

O depoimento dela foi fantástico, porque ela disse o seguinte: “Hoje, eu não tenho vergonha nenhuma de dizer que sou sucateira. Os meus vizinhos me chamam de rainha da sucata. Eu saio, realmente, por essa cidade, catando lixo, catando motor velho de carro, ferro elétrico, até computador já encontrei no lixo. Tudo isso, nós vendemos ou reformamos como um produto recuperado. Hoje, eu garanto o sustento da minha família e mais a bolsa escola que as minhas crianças recebem, aqui, da Flor do Cerrado. Eu tenho orgulho de dizer que, hoje, sou uma sucateira e consigo sustentar a minha família”.

São essas entidades que precisam de uma articulação. O que precisa ser articulado? São essas ações com ações de entidades, ou de empresários, ou de outras ONGs que possam desenvolver projetos no sentido de ampliar esse tipo de ação.

Essa é uma ação mais transformadora, que tem toda uma concepção política, que nós defendemos e que precisa ser divulgada.

Há entidades que, simplesmente, fazem o sopão. Os Vicentinos, por exemplo, por esse Brasil afora, fazem o sopão e alimentam os moradores de rua, as entidades que trabalham com idosos e crianças de rua. Então, todas essas entidades precisam ser articuladas.

Nós temos, por exemplo, a Caixa Econômica que já está desenvolvendo no Brasil inteiro, a coleta de alimentos. O cliente chega na Caixa e os próprios funcionários os estimulam a fazer doação de alimentos. Eles já arrecadaram toneladas e toneladas de alimentos por esse Brasil afora.

Ontem, nós estávamos em Rezende, na Baixada Fluminense, aliás, no Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, e o Diretor da Caixa Econômica de lá dizia que só em Rezende já havia arrecadado mais de uma tonelada de alimentos e que eles, a princípio, tinham uma preocupação: O que fazer com esses alimentos? Sair distribuindo para as famílias, não dá. Era preciso ter o mínimo de organização para poder distribuir os alimentos. Eles resolveram buscar as entidades que trabalhavam com esse tipo de ação no Município e resolveram fazer a distribuição do alimento arrecadado na Caixa Econômica Federal-CEF, apenas para as entidades.

Ontem lá, após o seminário, criamos o COPO-Conselho Operativo do Programa Fome Zero no Município. Esse COPO vai, além de articular outras entidades, articular também ações como essa da CEF, potencializar a ação de solidariedade e garantir que todas as famílias beneficiadas acabem sendo atingidas. E não aconteça, por exemplo, como em muitos casos em que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

há famílias que recebem doação e ajuda de várias entidades e têm famílias que não recebem ajuda de ninguém.

É nessa ação do mutirão que precisamos também estar envolvidos, no sentido de garantir que a cesta básica, ou o auxílio que seja encaminhado para as famílias, seja apenas a porta de entrada para que tenhamos acesso àquela família e possa trabalhar com ela no sentido de incluí-la em outros programas.

O plano piloto de implantação do Programa Fome Zero foi feito no final do mês de janeiro, nos Municípios de Acauã e de Guaribas, no Estado do Piauí, inclusive o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com os Ministros, esteve lá e foi implantado o Cartão Alimentação, que é uma das políticas emergenciais do Programa Fome Zero.

Esse Cartão – todos já devem saber – a família recebe, tem acesso ao que chamamos de uma transferência de renda de cinquenta reais e a família é acompanhada e orientada para comprar prioritariamente alimentos, com esses cinquenta reais, e comprar, prioritariamente, no Município onde ela vive. Isso faz parte de uma preocupação do Programa, que é priorizar a transferência de renda e não a distribuição de cesta básica. A prioridade do Governo é a transferência de renda e não a distribuição de cesta básica. Há algumas comunidades, alguns grupos sociais que vão receber cestas-básicas do Governo, mas não é essa a prioridade do Programa. Esses grupos são as comunidades indígenas; as comunidades de acampamentos agrários; as comunidades oriundas dos Quilombos, os quilombolas; e as comunidades que vivem dos lixões; além dos Municípios do semi-árido nordestino e do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais. Essas são as cinco prioridades para a implantação nessa primeira fase do Programa Fome Zero.

Já está sendo pensado para o segundo semestre - o companheiro que é o assessor do Sr. Graziano, já trazia para nós essa novidade-, a inclusão do segundo semestre das grandes cidades, no cartão alimentação.

A operação do cartão alimentação nas grandes cidades é muito mais difícil, porque você precisa estabelecer um grau de controle maior. E corre o risco de corrupção, de aproveitamento, porque queira ou não a família vai todo mês vai receber cinquenta reais e vai gastar em comida. Então, nós corremos um risco muito grande de aproveitamento dos próprios especuladores nos grandes Municípios.

Estão estudando uma forma de implantação do cartão e a solução que está sendo apontada, neste momento, é o credenciamento de estabelecimentos comerciais para vender esses gêneros alimentícios, para o cartão alimentação. Porque senão, nós teremos o cartão sendo utilizado apenas nas grandes redes de supermercados, que é muito comum nos grandes centros urbanos, e aí acabamos prejudicando as pequenas redes que são aquelas vendas, mercearias, que garantem geração de trabalhos e renda para muita família. Então, provavelmente seja esse o caminho adotado, que é o credenciamento dos estabelecimentos comerciais.

Nós poderemos credenciar mercearias e vendas nesse Programa, nas grandes cidades. Já estará sendo implantado no segundo semestre o cartão nas trinta e cinco maiores cidades do Brasil, sendo incluída todas as grandes capitais, inclusive Cuiabá.

Essa ação que tem a princípio um caráter assistencial que é a transferência do cinquenta reais para as famílias que vivem com uma renda *per capita* de até meio salário mínimo, ela é na verdade a porta de entrada para podermos ter acesso a essas famílias.

E cada família dessa tem seis meses, para poder sair da dependência do cartão. Ela não é um benefício para toda a vida. Ela tem um prazo bem curto até de benefício no cartão. Esse prazo pode ser prorrogado por mais dois períodos iguais, isto é, pode ser estendido até um ano e meio. A partir desse um ano e meio a família perde o cartão. Ela precisa é claro, para abrir mão do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

cartão, estar integrada. Ela precisa ter resolvido o problema da falta de recursos para a sua alimentação básica.

Como é que isso vai acontecer? Isso só é possível acontecer, se nós tivermos capacidade de articular outras ações e garantir que essa família tenha acesso ao emprego, a capacitação profissional. Muitas famílias precisam, inclusive, começar pela documentação. Têm famílias que não têm documentação, estiveram fora dos programas bolsa escola, vale-gás, bolsa alimentação, PET e outros programas do Governo Fernando Henrique. Essas famílias não foram incluídas, porque elas não tinham documento. E não foi feita nenhuma ação para que essas famílias tivessem condições de tirar o documento. Então, até isso precisamos começar a fazer. Precisamos garantir a documentação da família para incluí-la no cadastro e ela poderá ter acesso a esse programa.

Agora essa família que terá acesso ao programa, ao cartão alimentação, precisa estar disposta a dar uma contrapartida. E o que é essa contrapartida? É ela se dispor a encaminhar todos os analfabetos da família para cursos de alfabetização, em Guaribas há mais de seiscentas pessoas incluídas no programa de alfabetização. Ela precisa estar disposta a incorporar mutirões de reconstrução da sua moradia, mutirões de saneamento básico. Ela precisa estar disposta a se credenciar em cursos de capacitação profissional. Portanto, ela terá acesso a uma série de ações que devem ser articuladas a partir do Ministério, do Governo Estadual e do Governo Municipal, para poder capacitá-la a buscar a sua subsistência independentemente dessas políticas públicas.

E isso não acontece no estalar de dedos, não acontece por decreto. Só será possível acontecer se houver muita mobilização, muita articulação e muita ação, ação de solidariedade, ação voluntária. E é isso que o Presidente Lula, já destacava lá em um mil novecentos e noventa e três. Só é possível combater, erradicar a fome no Brasil se houver um Governo comprometido, desenvolvendo políticas estruturais para atacar as causas da fome, e houver também uma participação maciça de toda a sociedade. E é nesse aspecto que o Programa espera da sociedade, principalmente dos militantes do PT, essa ação.

E para poder organizar essa estrutura do mutirão, o Governo propõe, a partir da assessoria direta ligada ao Presidente, do Frei Beto e o Sr. Odetek Grange, que são assessores do Presidente Lula para mobilização social e que estão vinculados diretamente à Presidência. O Frei Beto tem a tarefa de articular as entidades da sociedade civil e o Sr. Odetek Grange tem a responsabilidade de articular os empresários. E é importante salientarmos que há necessidade de incluir os empresários nesse programa, porque se nós precisamos aumentar o número de postos de trabalho, pois a medida em que se vai desenvolvendo cursos de capacitação, nós precisamos ter um mercado aberto para incluir essas pessoas que estarão capacitadas profissionalmente. Então, os empresários são fundamentais para poder atender a necessidade de aumentar os postos de trabalho, investir mais na produção, ampliar suas instalações, dar novas oportunidades, inclusive para o primeiro emprego.

Será lançado, na semana que vem, publicamente, o programa do primeiro emprego pelo Ministério do Trabalho. Além disso, se espera também dos empresários a contribuição, não só a contribuição financeira, mas a contribuição no sentido de adotar determinadas entidades, de poder contribuir com elas no desenvolvimento das atividades, desenvolver alguns programas nas cidades, onde eles estão localizados, articular outros empresários da mesma área para entrar no Programa. Então, é importante essa mobilização do setor empresarial, até porque, eles precisam também distribuir um pouquinho a renda.

E a tarefa do Frei Beto que é mobilizar a sociedade civil, e nós nos enquadrados nesse aspecto. Foram desenvolvidos, pela equipe do Frei Beto, foram criadas algumas estruturas que nós podemos estar organizando nos Municípios. Essas estruturas têm nomes vinculados a instrumentos ligados à alimentação, o que eu já tinha falado antes, o COPO.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

O que é o COPO? É um Comitê Operativo do Programa Fome Zero que deve ser criado em todos os Municípios.

O COPO deve ser aquele organismo que reúne todas as entidades, partidos políticos, associações empresariais, associações comerciais, associação de funcionários, sindicatos, pastorais, igrejas das mais diversas profissões religiosas, entidades estudantis, movimento de juventude, clubes esportivos, tudo quanto é entidade que possa mobilizar pessoas. O COPO é esse organismo que tem a capacidade de reunir todo esse povo, estimulá-los a participar do Programa Fome Zero e operar essa ação, de doação e de distribuição. E aí não é só a doação de alimentos, é muito importante que nós entendamos. É a doação do meu tempo de trabalho, do meu conhecimento, da minha disposição de ajudar a mudar a situação de fome e de miséria no Brasil e criar condições de inclusão social. Então, esse é o COPO.

A segunda estrutura, é o que a gente está chamando de PRATO. O PRATO, apesar do COPO ir dentro do PRATO, mas nesse caso o PRATO está dentro do COPO.

O PRATO é o Programa Ação todos pelo Programa Fome Zero. O que é o PRATO? É similar àqueles comitês criados pelo Betinho. Os senhores se lembram dos comitês de combate à fome, do Betinho? Então, esses são os PRATOS. São pequenos grupos de voluntários, que se dispõem a contribuir com o Programa Fome Zero, dando aquilo que eles podem dar.

Por exemplo, aqui na Assembléia Legislativa é possível criar um PRATO e os funcionários doarem um real do seu salário por mês para o Fome Zero, a partir desse PRATO. É possível organizar aqui um PRATO com o objetivo de ajudar na divulgação do Programa Fome Zero. A Assembléia Legislativa tem um canal de comunicação importante - TV Assembléia - e poderá aproveitar esse espaço para divulgar o que é o Programa Fome Zero.

Esse PRATO é um pequeno grupo que pode desenvolver várias ações, desde ações de coleta de alimentos, de doação, até ações educativas, formativas, de mobilização e de divulgação. Poder ser organizado um PRATO lá no Centro Comunitário de tal vila... Pode ser organizado um PRATO na Caixa Econômica, pode ser organizado um PRATO na igreja. Então, o PRATO são pequenos grupos que podem desenvolver ações, dos mais diversos tipos de ações e esses PRATOS todos devem estar credenciados no COPO.

O COPO tem que ter o registro de todos os PRATOS que vão surgindo no Município. E qual é o tipo de ação que esse PRATO desenvolve? É muito importante que esses PRATOS se disponham a desenvolver ações durante os quatro anos, que não sejam ações imediatistas, de curto prazo, mas que sejam ações, no mínimo de quatro anos e que o COPO possa estimular esses PRATOS a desenvolver pequenos projetos de ação.

Existem muitas comunidades aqui em Cuiabá e até nos próprios Municípios dos senhores, que precisam de uma ação. E esses PRATOS podem, inclusive, adotar um bairro. Vamos lá, nesse bairro, fazer o levantamento das famílias que vivem insegurança alimentar; fazer o levantamento das causas que levaram essas famílias à exclusão social; fazer depois um acompanhamento e ver se nessas famílias há pessoas analfabetas, encaminhar para cursos de alfabetização; se há problemas de saúde, encaminhar para o posto de saúde.

Esses PRATOS podem desenvolver inclusive, esse tipo de ação. Pode-se ter PRATO de professores que se disponham a fazer curso de alfabetização. O Ministério da Educação já tem o programa de alfabetização de adultos e esses professores podem desenvolver a partir de um contato com o próprio Ministério, pegar a metodologia do curso de alfabetização e desenvolver o curso numa comunidade, bairro, ou em várias comunidades, ou num Município. Esse é um PRATO da ação do Programa Fome Zero.

Depois do PRATO, nós temos o SAL. O SAL, é formado por agentes de Segurança Alimentar que têm que ser treinados, capacitados, para desenvolver ações de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

acompanhamento as famílias beneficiadas pelo Programa Fome Zero. Qual é o acompanhamento que deve ser feito? Segue naquela linha de verificar a situação da família, ver se ela está se dispondo a integrar-se em outros programas, orientá-la a buscar recursos, buscar programas, ver se ela está caminhando no sentido de sair da dependência e trabalhar, principalmente, com a auto-estima e com a educação cidadã. A educação, inclusive, para a própria alimentação, porque nós temos casos de desnutrição no País que não é necessariamente por falta de cesso a alimentação, mas são casos típicos de má elaboração da alimentação, do não aproveitamento dos nutrientes alimentares. Então o SAL tem essa função também, de ajudar a família na elaboração de um alimento mais nutritivo e também de acompanha-la no sentido de sair dessa dependência.

E por último, nós temos o TALHER. O TALHER é inspirado na palavra espanhola, de oficina, de curso de capacitação. O TALHER tem a função de capacitar o SAL para fazer esse trabalho. Nós temos um TALHER nacional que funciona junto do Frei Beto, ele que articulou essa equipe em nível nacional, é composto por sete pessoas e todos eles educadores populares.

Não sei se os senhores conhecem algum deles, mas ele é uma figura muito conhecida, principalmente, de quem faz trabalho comunitário, é o Ranulfo, do CEPIS, de São Paulo; outra, é o Silvino Reque, lá do Rio Grande do Sul; o Flávio, da Escola Quilombo dos Palmares, de Pernambuco; o Rogério, que é da equipe de educação popular do Movimento Sem Terra da Bahia; a Fátima que também é de uma entidade lá do Rio Grande do Sul. São todos eles educadores populares e eles já desenvolveram uma cartilha que diz o que é o Programa Fome Zero, como é que você pode trabalhar com as comunidades no sentido de orientá-las a se integrar no Programa Fome Zero.

A Cartilha, por enquanto, está ainda no rascunho, no texto. Nós ainda não conseguimos a publicação, mas esse texto está disponível para publicação e podemos articular, de repente, com os Deputados, Vereadores que tenham acesso à publicações e possam publicar essa cartilha e nos ajudando na capacitação dos SALs pelo Brasil à fora.

A idéia é que nós tenhamos, no caso do Estado de Mato Grosso, pelo menos uns dois ou três TALHERES no Estado e milhares de SALs pelo Estado à fora. Em cada Município, por exemplo, nós precisamos de muitos SALs, para poder dar o tempero necessário para esse desafio que é desenvolver políticas estruturais, políticas emergências e, principalmente, ações de inclusão social.

O maior desafio para nós, do PT, é voltarmos a fazer trabalho de base, é voltarmos a fazer o processo que há muitos anos deixamos de fazer no nosso Partido, que é a mobilização social; a criação de grupos comunitários, ação comunitária de dialogar com esses cidadãos que estão excluídos e podermos contribuir no sentido de trazê-los à inclusão social.

Eu acho que nós podemos conversar um pouco agora sobre as dúvidas que os senhores tenham, os passos que podem ser iniciados em cada Município sobre o nosso papel de militante do PT.

Quanto tempo nós temos?

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – O nosso tempo aqui, é de no máximo até às 17:00 horas. Portanto, temos uma hora, aproximadamente.

A SR^a MARLENE ROCHA - Eu acho que nós devemos abrir para o plenário fazer as perguntas e nós podemos socializar um pouco das informações que nós já conseguimos pegar.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Nós vamos pedir - para que nós possamos garantir maior número de participação-, que os companheiros e as companheiras que quiserem fazer pergunta - para que nós possamos garantir maior número de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

municípios possível-, que não haja repetição de um mesmo Município, para garantir que haja maior número de Municípios fazendo seus questionamentos.

Nós vamos pedir para que cada pessoa que vier aqui - nós vamos fazer inscrição aqui na mesa-, usar o microfone, diga o seu nome e o Município que está representando para que o pessoal que está colaborando com o relatório, desta reunião, registre o nome do participante e o município que representa.

Nós queremos dizer que, não citamos inicialmente, mas estão presentes os Municípios de Confresa, Vila Rica e Campo Verde, além daqueles vinte e nove Municípios que citamos há pouco.

Nós, também, queremos agradecer a presença dos companheiros que representam, aqui, as entidades, além dos Vereadores, Vice-Prefeitos e lideranças dos Municípios.

Registramos, também, a presença de representantes do Município de Pontes e Lacerda.

Quem será o primeiro ou a primeira?

O senhor representa qual Município (PAUSA). Jangada!

Vamos usar o microfone.. (PAUSA)

Desculpe-me, companheiro.

Houve um encaminhamento e nós vamos inscrevê-lo na seqüência, pois já havia, aqui, uma lista. Nós pisamos na bola, porque a lista é de companheiros que querem fazer perguntas.

Eu vou anotar o seu nome, de Jangada... Qual o seu nome? (PAUSA). Sr. José Carlos. E vamos aguardar, na seqüência, José Carlos, porque já havia chegado uma lista e não li para que finalidade era a mesma. Então, por favor, Sr. José Carlos, eu peço ao senhor que aguarde um pouco que, em seguida, o chamaremos.

Convido para fazer uso da palavra, por três minutos, o Sr. Gilmar Tsaru, de Campo Novo do Parecis.

O SR. GILMAR TSARU – Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Companheira Marlene Rocha, é um prazer tê-la aqui conosco; companheiro Oreny Francisco da Silva; companheiro Nelson Borges e demais autoridades, representantes aqui presentes.

Eu quero, rapidamente, fazer uma pergunta referente ao COPO. Esse comitê operativo tem que ter personalidade jurídica constituída? Não é necessário? Só se forma o comitê?

Eu gostaria que a senhora explicasse para nós como é a formação exata desse comitê? E também, como é a formação do PRATO, o SAL e o TALHER? Assim fica mais prático.

Mas esses dois comitês, de início, que a senhora passou para nós, como seria a personalidade deles? Isso para que nós, nossos municípios, pudéssemos atuar e desenvolver os trabalhos.

Só isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Obrigado, Sr. Gilmar Tsaru.

Com a palavra, o companheiro Djalma Rodrigues, do Município de Várzea Grande.

O SR. DJALMA RODRIGUES - Boa-tarde, companheira Marlene Rocha, companheiros que compõe a Mesa, companheiros da plenária.

É um prazer enorme, nós termos, pela primeira vez, um debate interessante. É um debate que a sociedade parece bastante confusa quando se fala do Programa Fome Zero. Nós já vínhamos discutindo que o Programa Fome Zero não é só doar alimentos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para a companheira Marlene: Como está sendo formalizado esse trabalho de outros Estados? Até para que sirva como uma pesquisa, para que possamos começar a implantar o trabalho do Programa Fome zero na cidade de Várzea Grande e também com a comunidade de Cuiabá, onde nós trabalhamos num processo Cuiabá e Várzea Grande, devido ser também um Líder, um representante sindical de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO) - Obrigado, companheiro Djalma Rodrigues.

Os companheiros do Município de Chapada dos Guimarães, nós depois faremos um acordo porque há duas inscrições. Eu chamarei o primeiro na lista.

Com a palavra, o companheiro Hudson, do Município de Chapada dos Guimarães.

O SR. HUDSON – Já me apresentaram. Eu também sou Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos e estamos representando... Tem um pessoal da PJ, da Pastoral da Juventude da Igreja Católica...

Sr^a Marlene Rocha, a nossa pergunta se baseia em nível de estrutura governamental. Nós tivemos aí oito anos de Governo Fernando Henrique em que a questão fundamental de seu governo se voltou para a questão econômica. Nós temos agora um Governo que propõe uma mudança, preocupado com a questão social já há muito tempo, então, queremos saber se esse Programa, que é um Programa abrangente, não é só oferecer alimentos como a senhora muito bem colocou, no âmbito de estrutura governamental, de receita, de orçamento, de definição de metas, de cumprimento da Lei 101 - isso servindo como uma cadeia para as demais federações, até Municipais -, como isso está sendo pensado pelo pessoal responsável pelo Programa? A nossa preocupação é que isso não fique só num governo do PT, mas que seja um programa que seja permanente em nosso País, uma vez que não é só para oferecer alimentos.

Temos também uma preocupação quanto ao engajamento dos Municípios, para que haja um engajamento maior. Nós temos alardeado nos Municípios, mais no Estado de Mato Grosso, uma imensa quantidade de Prefeitos que, infelizmente, não fazem bom uso dos recursos que chegam, principalmente os recursos de programas específicos. Então, como o Governo Federal poderá garantir que esses recursos sejam realmente aplicados?

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Muito obrigado Sr. Hudson.

Para fechar um bloco de cinco, teremos mais dois posicionamentos.

Com a palavra o companheiro Vereador Eudir, do Município de Colíder, há setecentos e quarenta quilômetros de Cuiabá.

O SR. EUDIR – Boa-tarde a todos. É muito bom estar aqui para debater essa questão e dizer que nós, como Vereadores, somos cobrados para prestar esclarecimento de como funciona do Programa Fome Zero. As informações que temos são via *internet*, algumas dentro dos boletins, quando encontramos alguém que nos forneça via e-mail, por isso é muito difícil informações. E essa é uma preocupação minha, por ser o primeiro contato com informações sobre isso, porque lá no Município há empresas já estão usando o *marketing* Programa Fome Zero para vender seus produtos.

Quando vamos entrar em contato, no caso como Vereador do Partido, e indagamos: Quem os autorizou a fazer isso? E eles respondem: “Não, nós estamos fazendo”. Então, eu estou achando que têm muitas pessoas espertas se aproveitando de um plano, de um projeto, de um programa, que está despertando a sensibilidade, a solidariedade do povo para vender os seus produtos.

Inclusive a Honda, leve a sua Honda zero e colabore com o Programa Fome Zero, doando um quilo de alimento. Os móveis GAZIN... Estão todos anunciando. Quem sabe essas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

empresas a nível nacional, as duas são, talvez tenham vínculo com a questão nacional e nós desconhecemos.

Outra é a questão do Sindicato Rural. Há filas de pessoas cadastrando para o Programa Fome Zero. Eu estive em contato com o Presidente, ele falou: “Nós temos que sair na frente, nós vamos cadastrar, porque quando chegar, aqui, nós já temos o nosso”. Eu falei olha, é diferente do que nós estamos pensando, essa questão vai iniciar, os primeiros seis meses, no Nordeste; parece-me que em um mil Municípios do Nordeste, foi o que nós conseguimos ler. E aqui no nosso Estado, que tem muita fartura, só depois. Mas o homem, muito ignorante, acha que tem que sair na frente, e nós colocamos para ele que isso é uma questão de sensibilidade humana, mas ele não respeita isso.

Eu peço a Marlene que nos responda, o que fazer nesta questão das empresas? Porque eu estou achando o seguinte essas empresas usando o *marketing* para vender produto. Eu acho que isso pode até levar por água abaixo o nosso plano, que é muito bonito.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Muito obrigado, ao Vereador Eudir. Agora, para fechar um bloco de 05, vamos ouvir o companheiro Sr. José Carlos do Município de Jangada.

O SR. JOSÉ CARLOS – Boa tarde, companheiros. Boa tarde Sr^a Marlene Rocha. A senhora vê que há uma polêmica muito grande em cima do Programa Fome Zero. Eu sou Jornalista, empresário artístico de Shows e até mandei uma proposta através da Sr^a Laura, do Ministério da Fome Zero, uma parceria. Nós estamos lançando um livro, eu e um colega, fechamos em vinte por centos, mas só de boca, nós não mandamos nenhum contrato oficializando. Nós vamos lançar em agosto esse livro aqui, no Estado de Mato Grosso, através da Lei do Incentivo a Cultura do Estado.

Eu quero já reforçar a questão de que nós precisamos documentar para não ficar só de boca, como está acontecendo. O meio artístico é bom e todo mundo pode participar, ajudar e abrir o vínculo através do Programa Fome Zero.

Gostaria que a Sr^a Marlene Rocha, levasse isso ao Ministério.

A SR^a MARLENE ROCHA - Sobre o que é o livro?

O SR. JOSÉ CARLOS - O nome do Livro é *O Sítio da Cachoeira Encantada*, um livro visando à cultura do Estado, do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Muito obrigado ao companheiro, e vamos passar a palavra para a Sr^a Marlene Rocha, em seguida retorna com mais um bloco.

Mas antes, nós gostaríamos de registrar a presença do companheiro Nilton Nascimento, que é o Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Partido dos Trabalhadores, que está presente. Muito obrigado.

A SR^a MARLENE ROCHA - Companheiro, que é Vice-Prefeito do Município de Campo Novo do Parecis, o Prefeito lá de que Partido é, Sr. Gilmar Tsaru?

O SR. GILMAR TSARU - PSDB.

A SR^a MARLENE ROCHA - Bom. O senhor não precisa ficar assustado, porque na Bahia, por incrível que pareça, os Prefeitos que têm desenvolvido o programa de forma mais direitinha, com a concepção que nós temos defendido e sugerido pelo Ministério, são os Prefeitos do PSDB.

Tem um Prefeito do PFL que nós tivemos que ir intervir no Conselho Municipal que ele tirou. E o Prefeito que era vizinho dele, que era do PSDB, fez o negócio bonitinho, direitinho. Nós usamos isso, inclusive, como exemplo para ele.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Mas há uma diferença entre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Sr. Gilmar Tsaru, esse deve ser instituído de forma oficial. A partir de um projeto de lei que pode ser encaminhado por um Vereador na Câmara, a criação do Conselho, ou até por um decreto do Prefeito. E esse Conselho, a orientação que o Ministério dá é que ele seja composto pelos mesmos moldes do Conselho Nacional, que é um terço de representação pública da Prefeitura e dois terços da sociedade civil.

E a nossa maior dificuldade tem sido o seguinte: os Prefeitos já começam a sair na frente, querendo criar o Conselho e acabam eles decidindo quais são as entidades que devem representar a sociedade civil. O que nós temos, inclusive, orientado a nossa militância, aos companheiros que atuam nas entidades para não deixar que isso aconteça, primeiro, é tentar ver como é que está lá no Município e ver se o Prefeito já tomou a iniciativa, senão, é ver a possibilidade de chamar o seminário no Município para discutir o Programa Fome Zero, e procurar trazer para esse seminário todas as entidades sérias que atuam nesse Município, e a partir dali discutir com elas a representação desses dois terços.

O Conselho deve ter o tamanho que comporte a representação do que existe naquele Município. Então, ele não tem um tamanho fixo. Ele pode ser de trinta, de doze, depende muito do Município, do tipo de organização, da diversidade de organização que existe na sociedade. Agora é importante que se faça o debate sobre uma política de segurança alimentar, porque o Conselho tem essa tarefa, a de discutir e construir uma política de segurança alimentar para o município; traçar diretrizes de uma política de segurança alimentar. Essa é a estrutura institucional mínima necessária.

A segunda: é o Comitê Gestor. O Comitê Gestor ele é obrigatório para a implantação do cartão alimentação. Quem faz a administração do cartão alimentação é o Comitê Gestor. Esse Comitê Gestor deve ter uma participação maciça da sociedade. Ele deve ter um representante da Prefeitura, um representante do Governo do Estado e os outros membros todos representantes da sociedade. E tem que ter, inclusive, um representante das famílias beneficiadas, escolhidas pelas famílias. Esse é o Comitê Gestor.

Esse Comitê Gestor é treinado pelo Ministério. Há uma equipe do Ministério que vai ao Município, que capacita esse Comitê Gestor. Normalmente, o que eles estão fazendo? Eles estão pegando na região do semi-árido, onde está sendo implantado o Programa - nessa primeira fase, só na Bahia são cinquenta e dois Municípios - estão chamando duas pessoas de cada Município, um indicado pela Prefeitura e um indicado pela sociedade e estão capacitando esses dois de cada Município. E esses dois têm a tarefa de capacitar o Comitê Gestor da cidade. Esses dois não podem fazer parte do Comitê Gestor. Eles terão acesso a esse curso de capacitação e deverão repassar essa informação, essa capacitação para o Comitê Gestor. E qual é a função do Comitê Gestor? É muito importante isso. Em Municípios onde não se tem nenhum tipo de organização social o Comitê Gestor acaba sendo, um núcleo de novas lideranças no Município. Então, é importante sabermos quem estará nesse Comitê Gestor e tem que ser pessoa comprometida, no mínimo, com essa concepção política do Programa.

Muitas vezes se enfrenta problemas com os representantes do Poder Público, porque eles vêm com uma outra visão. Normalmente, o Prefeito indica a Assistente Social ou a Secretária de Ação Social do Município, que tem toda uma cultura de que combater a fome é fazer assistência social. O Comitê Gestor e esses outros representantes da sociedade tem que ser bem escolhidos, para que eles possam ir mudando essa mentalidade dentro do próprio Comitê. E a tarefa do Comitê é incluir, no cadastro, famílias que serão beneficiadas pelo cartão; garantir o acompanhamento dessas famílias e, aí, é claro, eles vão precisar desses outros organismos: do SAL, do TALHER, para ajudar na tarefa deles.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, eles é que são os gestores do cartão alimentação. No caso daqui do Estado de Mato Grosso - que ainda não está dentro do cronograma de implantação este ano, talvez, o Município de Cuiabá, seja o único Município incluído no segundo semestre, com essa expansão do Programa para as grandes cidades e mais esses outros municípios-, o comitê gestor não precisa ser criado agora. Nós podemos ir preparando o terreno para criar ele quando for a hora de chegar o cartão alimentação no nosso município. Então, essa é a estrutura institucional que deve ter obrigatoriamente a oficialização, deve ter a representação do poder público, estadual e municipal.

O COPO, o ideal é que ele tenha uma participação do poder público, mas ele não precisa ter. Se o poder público tiver resistência, nós podemos ir fazendo o COPO com as entidades, começando o trabalho, e chegará o momento que o Prefeito sentir-se-á envergonhado, ou vai dizer que tem dois Programas Fome Zero no Município, um do COPO e outro dele! E aí, é claro, nós vamos tentar articular ações que mostrem as diferenças e chegará o momento que ele terá que aderir ao nosso, principalmente, se nós tivermos a capacidade de trazer todo mundo para dentro do COPO; trazer também os empresários para dentro do COPO e poder tirar, inclusive, das mãos do poder público local a articulação com o empresariado.

O COPO, é ideal que tenha uma participação da Prefeitura, porque ela pode garantir estrutura para o funcionamento do COPO. O Prefeito pode ceder o cadastro que ele já tem para o COPO; o cadastro das famílias carentes do Município para o COPO fazer uma ampliação desse cadastro, fazer uma verificação, uma revisão desse cadastro.

Só para os senhores terem idéia em Guaribas e Acauã, começou com um Conselho e com um Comitê Gestor. E o Comitê Gestor recebeu um cadastro da Prefeitura de duzentas e poucas famílias credenciadas e ampliou isso para quinhentas famílias, cada um dos dois Municípios têm quinhentas famílias dentro do cartão alimentação. Esse cadastro que a prefeitura cedeu, era um cadastro completamente viciado, tinha parente do Prefeito, professor, funcionário público, tudo dentro do cadastro único do Município, que foi feito pela Prefeitura, que vinha sendo já estimulado pelo Governo Fernando Henrique desde um mil novecentos e noventa e nove, que foi criado o cadastro único que é administrado pela Caixa Econômica Federal.

O que é que aconteceu? O Conselho Gestor teve que fazer uma revisão, tirar as famílias do cadastro e incluir outras famílias e isso é uma obrigação. Nós não podemos permitir que o Programa Fome Zero esteja dirigido e atendendo famílias que não estão dentro dos critérios.

Esse trabalho nós já podemos ir fazendo nos Municípios, através do próprio COPO, o COPO ir revisando o cadastro, ampliando, fazer o mapa da fome do Município, já ir fazendo esse trabalho. Se a Prefeitura estiver junto, ótimo! Porque tem estrutura, tem uma secretaria que já tem uma série de ações, você tem um computador para poder cadastrar essas famílias todas, você pode usar o telefone, essas coisas todas. O ideal é que convençamos o Prefeito a participar do COPO conosco. A Prefeitura tem entidades que são cadastradas que desenvolve ações sociais no Município. O COPO já pode ter um início do cadastro e depois ampliar para outras, tirar entidades que são fantasmas que só foram criadas para receber recursos.

Aqui em Cuiabá, infelizmente o Prefeito já mandou o Projeto para a Câmara de Vereadores, já foi aprovado e ele está dizendo que aquilo ali é o Conselho de Segurança Alimentar. Só que na verdade, o que ele criou foi um comitê consultivo para administrar os recursos de um Fundo que ele criou também. E ele criou o Fundo com o objetivo de receber recursos. E na própria Lei determina que o Fundo pode repassar recursos para entidades filantrópicas, entidades da iniciativa privada. Nós já percebemos o que está por trás. Na verdade criou rapidamente o Fundo para poder receber recurso do Governo Federal e não vai receber. E também já criou as condições para poder repassar recurso desse Fundo para entidades que muitas vezes só são de fachada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Esse trabalho é um trabalho que o COPO deve desenvolver. Deve também verificar quais são as entidades, se atuam no Município, se são sérias, se realmente desenvolvem atividades de combate à fome e à discriminação.

Então, esse não precisa ser oficializado. Ele deve ser criado a partir de uma reunião, de uma Ata, que deve ser feita e encaminhada, inclusive, para o setor de mobilização que é a equipe do Frei Betto. A partir da criação do COPO, todos os COPOs devem encaminhar a Ata com a relação das entidades, o contato de todas as entidades que fazem parte do COPO, mandar pelo *e-mail*, Bett@Planalto.Gov.br. E, lá o pessoal tem registrado todos os COPOs que já foram criados no Brasil inteiro e todos Municípios devem ter um COPO.

O COPO pode, inclusive, buscar assessoria para fazer capacitação. Pode reunir, por exemplo, criou o COPO e são trinta entidades. Pode procurar fazer um seminário com o COPO para discutir qual é a função, o que deve ser feito, por onde começar, tentar trazer o Poder Público local para disponibilizar o que tem de estrutura e articular essas ações de doação, de inclusão, de acompanhamento e de distribuição dos recursos arrecadados.

O PRATO, são pequenos grupos que devem ser estimulados pelo COPO e devem ser cadastrados. Todos aqueles que desenvolvem ações no Município devem ser cadastrados no COPO. Para o COPO, inclusive, saber, por exemplo, teve lá uma entidade que fez uma arrecadação... Um jogo de futebol, como aconteceu na minha cidade, por exemplo, entre dois times adversários, toda cidade tem dois times que dividem as torcidas na cidade, e o ingresso foi alimento. Deu quinze toneladas de alimentos. Não havia o COPO e não se sabia nem para onde mandar o alimento. São iniciativas que já aconteceram aos milhares nesse País afora. O que nós fizemos? Encaminhamos para a CONAB. A CONAB é a empresa nacional de abastecimento. Nós orientamos que todas as doações acima de doze toneladas sejam encaminhadas à CONAB. Esses alimentos não devem sair do Município, devem ficar no Município. Eles devem ser distribuídos, então, a partir das ações que o COPO vem desenvolvendo.

O COPO terá as entidades que desenvolvem ações de elaboração de alimentação; entidades que distribuem cestas-básicas; grupos comunitários que têm pessoas passando fome e que podem receber; e é o COPO que tem essa função de atender, de divulgar que existe, onde funciona, qual o telefone e tentar articular todas as ações. Sejam ações coletivas, individuais, de distribuição, de arrecadação de alimentos.

Os PRATOS devem ser estimulados pelo COPO, para que o COPO saiba onde está o povo que está fazendo um trabalho nessa linha. E o SAL e o TALHER são equipes que precisam ser capacitadas.

Eu tenho dito para os companheiros do PT que a nossa função principal, como petistas, é essa. É a do SAL e do TALHER. É nos capacitarmos para fazer o trabalho de educação para a cidadania. E nós temos muitos companheiros que já têm experiência de educação popular nas igrejas, nas pastorais, nas comunidades, nos centros de assessoria. Nós podemos constituir equipes de capacitação de cidadão por esse Estado afora.

Eu não quero me alongar nas demais perguntas. Acho, até, que já respondi algumas.

O Sr. Djalma Rodrigues, de Várzea Grande, perguntou como estava sendo formalizado em outros Estados. É exatamente isso, Sr. Djalma. Essa estrutura institucional está sendo estimulada imediatamente nas regiões semiáridas, por conta desse cronograma que está sendo priorizado lá agora.

Esses duzentos Municípios que hoje já estão recebendo o Cartão alimentação, eles precisam ter o Conselho e o Comitê Gestor. Depois, essa estrutura do mutirão, o próprio comitê gestor é que vai estimulando. Algumas cidades já têm o COPO, já estão ajudando o Comitê Gestor

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

nessa função de acompanhamento das famílias. Isso no Estado do Nordeste e, ali, na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Na verdade, ali, são apenas catorze Municípios. Em Minas Gerais, tem oitocentos e tantos Municípios.

Esses Municípios precisam, obrigatoriamente, ter essa estrutura. Os outros, nós temos feito seminários estaduais, conferências estaduais. Os companheiros que são responsáveis pelo acompanhamento nos estados é que nos tem ajudado a articular isso, para que possamos discutir com cada estado e começar a criar essa estrutura. Talvez, sejamos até privilegiados nesse sentido, porque como não temos a urgência da implantação do cartão, poderemos construir a coisa de uma forma mais correta, corrigindo os erros, as distorções que já vão acontecendo e garantir que os COPOS sejam estruturados e os conselhos sejam criados com essa concepção. Então, é isso que tem acontecido.

Eu acho que é esse exemplo que os senhores podem usar aqui para começar em cada Município.

O Sr. Hudson perguntava como era a estrutura do Programa, orçamento, recurso, repasse... É seguinte, Sr. Hudson: Não existe repasse de recursos do Programa Nacional para Municípios. Não existe isso. O Prefeito que está querendo criar fundo para receber recurso, vai cair do cavalo. Não existe isso.

Os recursos do Programa são oriundos de duas fontes: do Fundo Nacional de Combate à Pobreza, criado pelo Fernando Henrique e que era administrado pelo Ministério do Planejamento, e hoje está sendo administrado pelo MESA, a partir de um Conselho construtivo que verifica esse fundo. Esse fundo recebe recursos das doações de entidades internacionais. São recursos não governamentais que vão para esse fundo. Esse fundo reforça as ações do Ministério de Segurança Alimentar, cartão alimentação, recursos para implantação de restaurantes populares, recursos para treinamento e capacitação, recursos para hortas comunitárias pode-se conseguir equipamentos para a implantação de hortas comunitárias.

Há várias ações no sentido de garantir renda, garantir acesso à alimentação mais saudável e barata que já podem ser implantadas pelo Ministério e que é esse fundo quem garante. E também para o próprio cartão alimentação, que também vem dinheiro do Fundo. O cartão é a transferência de renda para uma família. A família credenciada é o Comitê Gestor que decide se ela será incluída, e recebe, então, esse cartão, que é o mesmo cartão bolsa escola, mesmo do PET, do bolsa alimentação. A família vai ao banco e retira mensalmente esse dinheiro, portanto, não passa pelo governo municipal e nem pelo governo estadual. Esse cartão é repassado direto para a família, através da CEF, dos correios e não passa pelo Prefeito.

A segunda fonte de recursos é o próprio Orçamento da União. Para que os senhores tenham uma idéia das dificuldades do Orçamento deste ano, para o Bolsa Alimentação, que foi implantado pelo Governo Fernando Henrique, que é destinado ao público desnutrido, mães e crianças desnutridas, ele não tinha recursos no Orçamento de 2003 e, no entanto, a previsão dele era que teria continuidade. Para os senhores verem a situação. Aí o Ministério da Segurança Alimentar junto com o Ministério da Saúde aportaram recursos para continuar para continuar o Programa Bolsa Alimentação.

O Orçamento também acabou indo buscar recursos em outras fontes, para destinar recursos para o Ministério implantar essas políticas.

As cestas-básicas, por exemplo, que o Ministério já está articulando junto com a CONAB, com o MDA, que é a distribuição de cestas básicas em assentamentos, acampamentos rurais, comunidades indígenas e quilombolas, elas estão sendo feitas com leilão que a CONAB recebeu, por exemplo, doação da OCB-Organização das Cooperativas do Brasil, que doou toneladas de soja, que a CONAB fez leilão público e esse dinheiro que conseguiu com o leilão ela comprou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

outros produtos necessários às cestas básicas e também teve aporte de recursos do Orçamento para a compra dos alimentos. Nós tivemos muitos alimentos não perecíveis doados também e que podiam compor a cesta básica. Essa ação da cesta básica também tem recebido recursos do Ministério.

Não há repasse de recurso, há transferência de renda diretamente para as famílias, ou então através de projetos que possam ser desenvolvidos pelas entidades nos Municípios ou pela própria ação do COPO, ou do Conselho de Segurança Alimentar.

O Sr. Eudir, perguntava sobre a utilização da marca. Eu tenho impressão que o senhor está falando da *Honda*, *Volkswagen*, da *Ford*, da *Mercedes*, existe um processo de parceria, empresa ou entidade parceira do Fome Zero. E tem lá uma comissão, no Ministério, que analisa os projetos de parceria. E que ao estabelecer essa parceria, essa empresa está autorizada a utilizar a marca do Programa Fome Zero.

E todo projeto de parceria é um projeto por quatro anos, não serve ação a curto prazo. Essas empresas de que eu lhe falei, são empresas que sei que já estabeleceram a parceria, mas há mais de cem empresas e entidades no Brasil, que já estabeleceram a parceria.

Elas recebem o certificado a partir da aprovação de um projeto de ação por quatro anos. Então, a *Honda*, por exemplo, fez um projeto de repasse de verba de dinheiro para o fundo. E esse dinheiro vai para aquelas contas da Caixa Econômica e Banco do Brasil. E esse dinheiro eles arrecadam a partir da venda de cada produtos dele, seja carro, seja moto. Uma parte do dinheiro da venda desse produto é destinada ao Programa Fome Zero.

Isso está inscrito no projeto, quanto que eles vão repassar durante quatro anos. A *Ford* também fez a doação de quarenta e seis toneladas de alimento. A *Mercedes* doou um caminhão. Caminhão mesmo, esse caminhão hoje, esta servindo a região metropolitana de São Paulo, ele faz o que? Quando têm grandes doações de alimento é a CONAB que tem que buscar, recolher os alimentos. Então, esse caminhão esta servindo para essas ações ali.

E assim outras tantas doações. Tem entidades, por exemplo, entidades nacionais que fizeram convênios. As universidades oferecem o que elas têm, a estrutura, os cursos, a equipe de pesquisa, os cursos de nutrição da universidade. Estabelece um projeto, faz a parceria recebe o certificado e a autorização para usar a marca do Programa Fome Zero.

Agora, também tem muita gente espertinha que entra no *site*, baixa a marca, faz uma camiseta e sai por ai, vendendo produtos e coisas em nome do Programa Fome Zero, sem ter estabelecido essa parceria.

Nós tivemos um caso gravíssimo no Estado do Espírito Santo, no primeiro mês de Governo. Apareceu lá um boleto bancário com a marca do Programa Fome Zero, dizendo que se você depositasse naquela conta nove reais - o boleto já vinha preenchido - você estaria contribuindo com Programa Fome Zero. E essa conta era uma conta particular, de um espertalhão, que criou isso e que já estava espalhado no Estado todo, já tinha dinheiro na conta.

Quando o pessoal lá, do Espírito Santo – eu acho que foi o pessoal do PT -, ficou sabendo, descobriu, porque chegou um boleto em casa. Contribua com o Programa Fome Zero, depositando nove reais nessa conta e tal. Foram atrás disso e verificaram que foi uma pessoa, um fulano, particular, que criou isso e que já estava com a grana lá na conta. Foi cancelado pelo banco. Foi estabelecido que só o Banco do Brasil e a Caixa Econômica podem abrir conta para o Programa Fome Zero. Há duas contas, uma em cada uma instituição dessa, que são contas nacionais. E quem pode abrir conta, são os fundos Municipais, porque, às vezes, há pessoas que querem contribuir com o Programa Fome Zero, mas querem que o dinheiro fique no Município.

Aqui no Município de Cuiabá, por exemplo, já criou o fundo e esse fundo pode abrir uma conta, pode divulgar essa conta e essa conta pode receber recursos. Mas é porque é um fundo e é porque tem também toda uma ação do próprio poder público Municipal e que nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

devemos ir atrás para saber como vai funcionar isso, e ele pode receber recurso. Há várias ações que nós precisamos estar de olho para saber se tem autorização, se é uma coisa oficial e como é que funciona aquilo.

Sr. José Carlos, de Jangada, em relação ao lançamento do livro, eu acho que se senhores já fizeram o contato, os senhores têm que só continuar mantendo esse contato. Mandar, oficialmente, e pode mandar por *e-mail*...

(O SR. JOSÉ CARLOS FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL)

A SR^a MARLENE ROCHA - Eu acho que senhores podem fazer o documento por *e-mail* e mandar. E procurem pegar o retorno disso. Com quem os senhores entraram em contato no Ministério?

O SR. JOSÉ CARLOS - Com a Laura.

A SR^a MARLENE ROCHA - Com a Laura.

A Laura é da equipe que analisa os projetos de parcerias. Exatamente. Os senhores estão no caminho certo. Agora, é só oficializar isso e mandar ver.

(O SR. JOSÉ CARLOS FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR^a MARLENE ROCHA - Isso e o lançamento os senhores estarão fazendo arrecadação, alguma coisa?

(O SR. JOSÉ CARLOS FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR^a MARLENE ROCHA - A venda do livro.

Então, é isso. Esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Só lembrando que o nós temos ainda o Seminário, daqui a pouco, aberto à toda população de Cuiabá e Várzea Grande e outros Municípios, que acontecerá no Liceu Cuiabano, na Avenida Getúlio Vargas em Cuiabá.

Nós temos também, hoje, à noite, após o Seminário a inauguração da sede do Diretório Estadual e também do escritório do Deputado Federal Carlos Abicalil, que fica à Rua General Melo, nº 351, no Bairro Poção.

E, nós teremos amanhã, aqui em Cuiabá, neste mesmo local, um Seminário de Formação, inclusive com a participação da Sr^a Marlene Rocha, a partir das 08:30 horas até o meio-dia, aqui neste mesmo local, numa promoção do Diretório Municipal de Cuiabá.

Nós lembramos que nos dias vinte e quatro e vinte e cinco, os membros do Diretório Estadual estarão realizando o Seminário de Planejamento, ou seja, reunião de planejamento do Diretório Estadual. Entrem em contato com a Sr^a Silbene que estará aqui para organizar a nossa ida para a Chapada, onde realizaremos o planejamento. O companheiro Fernando Marinho, que vai assessorar, já está em Cuiabá.

Teremos no dia vinte e seis, às 09:00 horas, aqui na Assembléia Legislativa, neste mesmo Auditório, uma Audiência Pública, solicitada pela Deputada Verinha Araújo, com o objetivo de debater o Sistema de Proteção da Amazônia.

Teremos no dia doze de junho o Seminário Estadual sobre a Reforma da Previdência, que será realizado no Auditório da Associação Mato-grossense dos Municípios, numa promoção do Deputado Federal Carlos Abicalil, em conjunto com a Associação Mato-grossense dos Municípios, da Comissão da Assembléia Legislativa, que trata da questão da Previdência, do Partido dos Trabalhadores do Diretório Estadual e da Central Única dos Trabalhadores - CUT/MT.

Nós estamos aguardando mais detalhes da agenda, mas estará aqui em Mato Grosso, no Quilombo Mata-Cavalo, a Ministra da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, Sr^a Matilde Ribeiro. Estamos aguardando também a confirmação do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Sr. Nilmário Miranda, para buscar a saída definitiva para a questão do Quilombo Mata-Cavalo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

E no dia seis de junho, nós teremos aqui, em Mato Grosso, a presença do Presidente Lula, mas ainda não temos a agenda dele e não sabemos qual será a programação. Mas, dia seis de junho o Presidente estará em Mato Grosso!

Vamos continuar com a Sr^a Marlene Rocha. Nós temos mais alguns inscritos e tentaremos fazer um bloco só para poder concluir, porque senão o tempo vai ficar muito corrido...

Temos uma pergunta que já foi feita por escrito, do Sr. Sebastião Vanderlei, do Município de Santo Antônio do Leste.

Queremos aproveitar para registrar a presença dos companheiros dos Municípios de: Santo Antônio do Leste, Rondonópolis, Pedra Preta, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Olímpia e Barra do Bugres, são os Municípios que não havíamos citado ainda.

O companheiro Sebastião Vanderlei, de Santo Antônio do Leste fez a seguinte pergunta, Sr^a Marlene Rocha: “Todos os pequenos Municípios estão incluídos no Programa Fome Zero?”

O companheiro Benício, Vereador em Nova Olímpia, fez a seguinte pergunta: “Se serão feitas palestras nos Municípios sobre o Programa Fome Zero”. A Sr^a Marlene Rocha, de certa forma, já falou, mas só para reforçar e para esclarecer essa questão.

Agora, com a palavra, a Vereadora Fátima Rezende, do Município de Barra do Garças. Depois, peço que fique pronto o companheiro Alemão.

A SR^a FÁTIMA REZENDE - Boa-tarde a todos e a todas!

Sr^a Marlene Rocha, é um prazer conhece-la.

Na verdade, eu me sinto contemplada em várias explanações e em outras perguntas dos companheiros, mas ainda fica uma dúvida na questão da estruturação oferecida, o que será oferecida? Ou se será, por parte do Governo Federal na questão dos municípios, por exemplo: em Barra do Garças, acontece bem o que o companheiro Edir falou, de pessoas já tomando essas iniciativas. O Banco do Brasil fez um encontro com a sociedade sem chamar o Partido dos Trabalhadores, nós ficamos sabendo pela imprensa, inclusive, com críticas dizendo que agora, o Programa Fome Zero era para fazer as pessoas arrecadarem alimento.

São esses tipos de questões que têm acontecido, inúmeras pessoas, qualquer evento estudantil, qualquer evento de promoção tem que ser coletado alimentos. E nós estamos assim, enquanto sociedade civil, apesar de ser Vereadora do Partido, sinto-me também sem ter muita resposta e todo mundo cobrando de nós, embora muitas pessoas fossem esclarecidas aqui. Além disso, as pessoas perguntam: “E aí?” Nós temos o Prefeito que não encaminha as coisas, apesar de ser do PL. Tem uma série de questões viciadas como a Senhora já citou, questão de listas, e nós não temos uma sociedade muito organizada.

O Araguaia, o Baixo Araguaia, faz parte de uma sociedade assim, bem carente, uma comunidade bem carente, de renda *per capita* com menos de meio salário mínimo, é muita pobreza mesmo. A expectativa é muito grande e nós estamos sem respostas, nós não estamos tendo essa resposta no local para dar. Essa estrutura de Governo como está tendo em nível federal ela existir também nos Estados e nos Municípios?

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Muito obrigado, companheira Fátima.

Com a palavra, o Sr. Alemão, do Município de Ribeirãozinho.

O SR. ALEMÃO – Companheiros petistas de toda região do Mato Grosso.

Nós, do Município de Ribeirãozinho, queremos cumprimentar a companheira da Fome Zero, minha conterrânea de Santa Catarina.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Nós temos um problema em nosso Município, o nosso Município é um Município produtor de grão, soja. Ele trouxe benefício, a soja, claro! Nós crescemos, o PIB do Município, mas trouxe o desemprego, porque essas pessoas estavam lá, no mato. Elas tinham o leite, elas criavam galinha, criavam porcos, tinham uma porcentagem do que o fazendeiro oferecia para elas. Aí chegaram os grandes produtores, o que não venderam, arrendaram e empurraram essas pessoas para o poder público. O “cara” chegou na cidade, comprou uma casa, isso quando comprou. Ele tem até uma parábola na frente, mas eu tenho certeza que a panela dele está vazia.

Agora, nós não saímos na frente, não. Não quisemos nos exibir, porque nós somos petistas que saímos na frente, mas nós organizamos a sociedade. Nós temos uma lista detalhada, tintim por tintim, de quem precisa e de quem não precisa. Até se o “cara” é casado, com quem ele é casado, se ele é amasiado, se ele é solteiro, tudo. Quantos filhos têm, se estuda, se não estuda, se recebe cartão bolsa-escola, auxílio gás, tudo. Então, nós organizamos. Só que nós estamos sem assistência.

O Prefeito era do PL, de tanta pressão que o PT fez em cima, ele voou do PL e foi para o PFL. Saiu do PL... (RISOS)... Fizemos a pressão... Eu não estou aqui exagerando, eu sou uma pessoa sincera, curta e grossa. Eu falei para o Prefeito: ou você entra na linha, ou você não atrapalha... (RISOS). O que ele fez? Para não atrapalhar, ele saiu do PL e foi para o PFL e foi eleito pelo PPS... (RISOS). E é meu amigo... (RISOS). É meu amigo, vim com ele. É meu amigo... (RISOS).

Nesses Municípios pequenos, acontece que o poder público enxerga esses Programas para buscar voto. Lá têm famílias que tem sessenta a setenta votos nas famílias. Então, ele dá assistência a essas famílias. Essas famílias têm assistência. Agora, aquele que veio, que hoje precisa dessa assistência, não tem assistência nenhuma. Nenhuma!

Há pessoas que moram em uma casa - eu tenho fotografia, tenho filme, eu filmei o Município inteiro -, há pessoas que moram numa casa com 4m², são sete pessoas morando nessa casa, cinco filhos e um casal. E essa família não tem renda, não tem nada. O que nós fizemos? Nós criamos uma associação sem fins lucrativos. Nós não fomos pedir. O Prefeito da Cidade é que nos ofereceu. Nós criamos um fórum e ele nos ofereceu que adotássemos uma área através do Banco da Terra. Alguém sabe o que é o Banco da Terra? Nós embarcamos no barco dele. É Prefeito. O que iríamos fazer. Vamos embarcar no barco dele. Nós fizemos toda a documentação, enfrentamos toda burocracia, gastamos do nosso dinheiro, buscamos a área. A última coisa que nos pediram foi uma tal de certidão vintenária...

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO) - Concluindo, Alemão.

O SR. ALEMÃO - Concluindo.

Nós buscamos isso e não conseguimos chegar ao nosso objetivo. A sociedade está toda organizada, basta o incentivo. Eu concordo com você, basta o incentivo, mas, o Programa tem que assistir, tem que chegar ao município, porque eles não levam nada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO) - Obrigado, companheiro Alemão.

Eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o Assessor do Ministério de Segurança Alimentar, Sr. Otávio Valentim Balssadi, que esteve em visita à AMM, se não estou mal informado, que acabou de chegar.

Por favor, tome assento à Mesa (PALMAS).

Nós já estamos na fase de perguntas e gostaríamos de dar continuidade a essas perguntas.

Eu sugiro, companheiro Otávio Valentim Balssadi, fazermos uma rodada de perguntas e depois o senhor usará da palavra, em conjunto com a Sr^a Marlene.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Acabou de chegar, também, a Vereadora Enelinda Scalla, do Município de Cuiabá. Com a palavra, o companheiro Fernando Teobaldi, do Município de Lucas do Rio Verde. Depois, eu peço que fique preparado o Sr. João Francisco, de Confresa.

O SR. FERNANDO TEOBALDI - Boa-tarde a todos!

Minha pergunta é com relação à EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Eu tive uma informação que no nosso Município, Lucas do Rio Verde, há funcionários da EBCT comunicando que acontecerá o lançamento do Programa Fome Zero no Município, nas escolas Municipais.

Eu gostaria que me fosse esclarecido, qual a atuação e a real participação da EBCT no Programa Fome Zero - talvez a pessoa que me falou isso usou um termo inadequado -, para que os representantes dos Municípios soubessem.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Obrigado Fernando Teobaldi.

Com a palavra, o Sr. João Francisco, do Município de Confresa, e, logo em seguida, o companheiro Manoel Agostinho, de Sorriso.

O SR. JOÃO FRANCISCO – Eu quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras aqui presentes e embarcar no carro do Sr. Alemão aí.

Nós temos o mesmo problema lá, porque o Prefeito beneficia mais a turma da ala dele. Lá teve a cesta básica. E havia pessoas que eram da ala dele, três aposentados numa casa que tinham bens e não eram assim, tão necessitados. Os três recebiam o benefício e até vendiam. Enquanto isso, aqueles pobrezinhos, que eram da outra ala, principalmente o senhor pensar que são iguais a nós, do PT. Aí eles não deixavam tirar de jeito nenhum.

Eu gostaria de saber, inclusive, se tem um jeito de fazermos isso sem o Prefeito ser o chefe. Porque além dele ter a unha grande, ele é muito ditador. Ele faz tudo sozinho, até na parte de Educação ele manobra sozinho. Eu não peço segredo não. Eu falo em qualquer lugar que for preciso. Nós temos documento que prova isso. Eles estão com sacola cheia.

Mas, é isso que eu queria falar. Eu gostaria que a senhora desse uma explicação para nós e pediríamos até se tivesse um jeito para os senhores mandarem uma turma para fazer um curso para nos incentivar, uma reunião... Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Obrigado, Sr. João Francisco.

Agora, com a palavra, o Sr. Manoel Agostinho, do Município de Sorriso (AUSENTE). Com a palavra o Sr. João Bosco, Vereador do Município de Barra do Bugres, e, logo depois, o Sr. Lima, do Município de Campo Verde.

O SR. JOÃO BOSCO – Boa-tarde a todos. Eu quero cumprimentar a Sr^a Marlene Rocha e o companheiro Vicente.

A minha pergunta, praticamente, já foi contemplada. Mas eu queria de mais esclarecimento no sentido de saber se esse Conselho de Segurança Alimentar é uniforme a todos os Municípios ou cada um cria o seu, a seu modo? Com número paritário, aliás, um terço para o Executivo e o restante da sociedade civil.

Outra questão também, falando em Segurança Alimentar, em Fome Zero, nós temos um problema sério. Nossa região é uma região canavieira onde a agricultura, arroz, o feijão, praticamente, já não existem mais. Tudo virou canavial e quando não é canavial é gado. Os pequenos que existiam lá debandaram, foram embora e a região se tornou só do latifúndio mesmo, um problema sério, e grande parte da mão de obra que temos vem do nordeste. A nossa população, pelo baixo salário, acabou realmente procurando outras regiões, aumentando o problema de outros

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

locais. Esse é um problema sério e gostaríamos que os senhores nos esclarecessem melhor a questão desse Conselho, se vão mandar algum material para os Municípios para ficarmos mais fortalecidos.

E, diga-se de passagem, lá onde estou, onde atuo, em Barra do Bugres, ainda impera um pouco o coronelismo, uma situação difícil, lutamos sozinho no partido, mas já avançamos bastante e acredito que com esse programa iremos mais longe ainda.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Obrigado, Sr. João Bosco.

Com a palavra o companheiro Lima, de Campo Verde, e logo depois o Sr. Manoel que voltou para o auditório.

O SR. LIMA – Boa-tarde Sr^a Marlene Rocha, Sr. Otávio Valentim, Sr. Orenco Francisco, Sr. Nelson Borges, companheiros e companheiras.

Nós em Campo Verde... Inclusive já fui contemplado com a questão colocada pela Sr^a Fátima Rezende, de Barra do Garças. Eu sou jornalista, Sr^a Marlene Rocha, em Campo Verde e fui convidado a participar de uma reunião nesta semana como jornalista e o gerente da agência do Banco do Brasil estava criando o Conselho do Programa Fome Zero naquele Município, inclusive, dizendo que os alimentos arrecadados estariam sendo distribuídos naquela comunidade de Campo Verde mesmo. Assim, quero saber qual o destino dessa doação; se podem doar esses alimentos; qual a participação dos petistas nessa questão e se são os próprios funcionários os membros do Conselho. Porque nós, do Partido dos Trabalhadores de Campo Verde, não fomos comunicados e acho que até desconhecem que há Partido dos Trabalhadores em Campo Verde. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Obrigado, Sr. Lima.

Com a palavra o Sr. Manoel Agostinho, do Município de Sorriso.

Temos mais duas pessoas inscritas e, logo em seguida, passaremos a palavra para a Sr^a Marlene Rocha e para o Sr. Otávio Valentim para encerrarmos, porque estamos próximos do horário, da próxima atividade.

Com a palavra, o Sr. Manoel Agostinho do Município de Sorriso.

O SR. MANOEL AGOSTINHO - Boa tarde a todos. Eu sou Manoel da Silva Pinto, Presidente do PT de Sorriso.

No início eu achei importante e vim colocar-me à disposição para saber de algo mais sobre o Programa Fome Zero. A infra-estrutura, ou seja, criar a infra-estrutura para que nós possamos alimentar a sociedade é mais do que necessário. Agora, eu acho que nós já temos pressa é do alimento. O senhor entendeu? Eu achei muito tarde, ou seja, pode até tardar mais ainda, criar a infra-estrutura para receber o alimento. Eu acho que nós vamos passar um pouco mais de fome. Eu queria ver se não há outra solução, qual é a outra solução?

Vem a pergunta minha. Eu achava que o Governo poderia também, dentro desse programa, colocar o incentivo à agricultura familiar o mais rápido possível. Incentivar o programa de micro-crédito, porque já tem uma certa parte da sociedade organizada até para receber isso. O senhor está entendendo a minha pergunta? É só essa, porque nós não podemos nos estender muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDNETE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Companheiro Wilson que é membro do Diretório Estadual e da assessoria da Senadora Serys Silhessarenko.

O SR. WILSON - Boa-tarde a todos, primeiro eu quero cumprimentar a Sr^a Marlene Rocha que é minoria na Mesa, as mulheres.

Mas, eu fiquei preocupado, Sr^a Marlene Rocha, primeiro na questão que os senhores levantaram, que a senhora levantou. Esse programa tem... Para quem vai receber um cartão tem um ano e meio. Se ele der certo nesse um ano e meio, o último ano é o ano véspera das eleições

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Municipais. Como que o cartão será retirado daqui um ano e meio, e a política de juros altos, que esta no País, estabelecido agora, não oferece condições de alterar a estrutura econômica que está posta.

Essa estrutura tem um eixo de mudar neste ano e meio, se ela não tem, nós corremos um grande risco de sermos o grande responsável por deixar o povo passando fome neste País. Porque na hora em que tirarem esses cartões, esses Prefeitos que participam desses conselhos de coisa, eles não querem nem saber: foi o Governo do PT que mandou tirar. Então, essa é uma das coisas.

Por mais que é simbologia, e a Igreja Católica faz isso muito bem isso. As igrejas usam muito essa simbologia, mas essa quantidade de conselho, às vezes, dá uma confusão na cabeça do povo que não está em gíbi nenhum. Por mais que tenha simbologia do copo, do prato, da água, do sal, mas a quantidade de conselhos... Até porque eu sou um dos críticos dos conselhos. Na educação eu faço muita crítica aos conselhos, porque os conselhos, muitas vezes, estão a benefício dos Governos para justificar as políticas públicas e compensatórias que existem. Então, qual é a impressão maior que nos dá? E aí eu deixo esse questionamento. Ainda bem que Mato Grosso provavelmente, não chegue aqui o cartão nesse primeiro ano. Talvez se chegar, na Capital, nós teremos muita dificuldade.

Mas no Nordeste é que vai chegar, já está chegando e daqui um ano e meio começa a retirada dos cartões. E essa política de juros altos sem um investimento na produção, como é que fica para a geração de emprego? Até porque, através dos índices econômicos que foram dados, agora, a questão do emprego está caindo cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - O último inscrito naquela seqüência que nós anunciamos, porque já tinham sido encerradas as inscrições, é o companheiro Nelson Borges que está aqui à Mesa. Mais dois outros companheiros depois que pediram para falar. Nós vamos pedir aos companheiros a compreensão. A princípio, estavam encerradas as inscrições, mas nós vamos abrir um minuto para cada um, depois que o companheiro Nelson Borges falar, para que sejam bastante rápidos nas suas colocações. Está encerrada mesma, porque nós temos uma outra atividade agora, às 17:00 horas.

O SR. NELSON BORGES - É só uma consideração que eu gostaria de fazer em função das discussões que tiveram no Seminário Nacional, que foi uma das preocupações não só de Mato Grosso, mas de outros Estados, que é na implementação do Programa Fome Zero. E nós todos temos clareza da importância que cada um tem que fazer a sua parte. Claro, militantes do Partido, os dirigentes do Partido também têm a sua responsabilidade.

Mais um questionamento que surgiu - não sei como está essa discussão e o encaminhamento por parte dos órgãos responsáveis na implementação do Programa-, é quem estará coordenando e ao mesmo tempo aglutinando essas ações no Estado. Tinha uma discussão no momento que se passava inicialmente pela CONAB, como órgão de referência para aglutinar as ações ou a possibilidade também de ter uma somatória de alguns órgãos do tipo: CONAB, INCRA, mais um outro órgão federal para aglutinar essas ações, porque a preocupação que se teve, no momento, é que a dispersão de algumas ações poderia causar problemas na implementação do Programa.

Então, além da nossa ação, eu acho que o Partido, os dirigentes, têm que articular juntamente com os nossos representantes governamentais, mas por outro lado tem que haver também essa articulação entre os órgãos governamentais para não sair iniciativas isoladas e que não vão somar entre si. É uma preocupação que nós tivemos, no momento, do Seminário Nacional e gostaria que fosse abordado pelos companheiros. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Agradeço o companheiro Nelson Borges.

Com a palavra, o companheiro Baltazar, de Rondonópolis, que dispõe de um minuto.

O SR. BALTAZAR - É só uma preocupação: Como é que o senhor ajuda uma pessoa que está com fome e que isso não transfira para ela como esmola? Como o senhor pode contribuir, ajudar a pessoa, mas, no mesmo momento, essa pessoa se sentir gente e não sentir isso como esmola. Ou é um Programa de esmola mesmo. Essa é a preocupação.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Com a palavra, o companheiro José Roberto, de Porto Espiridião, que dispõe de um minuto.

O SR. JOSÉ ROBERTO - Cumprimento a todos os companheiros da Mesa.

A minha preocupação é o que a Sr^a Marlene Rocha disse que aqueles cinco grandes grupos, que seria o pessoal do lixão, os índios, os acampados e mais dois grupos, estariam recebendo diretamente a cesta básica.

Agora, eu pergunto: Nesse período de seis meses, prorrogados para dezoito meses, que seria um ano e seis meses que teria a validade desse cartão alimentação, eu pergunto. Se os acampados que muitos deles estão em situações de luta pela terra, há mais de oito anos, dez anos acampados, sem solução para documentação, como ficará essa questão? O Ministério tem uma forma de trabalhar essa questão com os acampados, não só com os acampados da zona rural, mas da zona urbana que luta pelo teto também? Há uma política definida para geração de emprego e renda enquanto se espera a regularização fundiária desses lotes? Porque nós vemos os acampados trancando BR em busca do alimento, sendo que nós poderíamos traçar políticas públicas de governo para poder fornecer a semente, o meio, o trator para fazer uma gradagem de terra, para que possamos esperar esse recurso de uma maneira mais cômoda, assim gerando a cidadania que é grande referencial que nós temos nesse Programa Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Obrigado, companheiro José Roberto.

Agora, vamos passar a palavra, a Mesa novamente para as respostas da Sr^a Marlene Rocha e do Sr. Otávio Valentim Balssadi. Com a palavra, o Sr. Otávio Valentim, que representa aqui o Ministério da Segurança Alimentar. Como nós já dissemos, ele teve um outro compromisso e não pode chegar anteriormente.

O SR. OTÁVIO VALENTIM BALSSADI – Boa-tarde a todos os colegas, companheiros do encontro.

Só confirmando a informação, nós acabamos dando uma passada lá na AMM, o cerimonial sempre enrola, enfim, nós acabamos perdendo um tempo mais do que esperávamos.

Eu estava combinando aqui com a Sr^a Marlene Rocha, sobre as perguntas que foram feitas, que eu vou me concentrar em fazer o diálogo com os companheiros no que toca a questão maior das políticas públicas. Eu acho que depois é por conta do tempo, se a Sr^a Marlene Rocha puder estender um pouco mais a questão das ações voltadas ao mutirão contra a fome.

Eu selecionei alguns pontos que ficaram presentes nas perguntas, vou começar com o primeiro que é a questão do incentivo à agricultura familiar, isso para nós, obviamente, é uma questão chave. Quer dizer, nós não temos o instrumento de políticas agrícola dentro do MESA, mas temos no MDA um parceiro de primeira hora para questão da implantação da Fome Zero, que é um dos pressupostos básicos que estão por trás do Programa Fome Zero é a questão do aumento do consumo de alimentos. E há um desejo do Governo Lula, de que esse aumento de alimentos seja

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

fornecido pela agricultura nacional, de preferência, pela agricultura de base familiar, porque senão nós não conseguimos atacar a questão da geração de emprego e renda.

Este é um compromisso claríssimo no programa do PT, uma vida digna no campo e que está reforçada a sua articulação no Programa Fome Zero. Rapidamente pela questão do tempo, o que se está pensando o MDA, o Ministro Miguel Rossetto, deverá anunciar o Plano de Safra da Agricultura Familiar 2003/2004, que teve uma participação interministerial e nós participamos bastante disso.

Algumas coisas que estão presentes, primeiro: a questão do aumento do volume disponível do PRONAF para este ano. O que tudo indica estará em 5,4 bilhões de reais para a agricultura familiar. A novidade também é de que esse dinheiro - há um comprometimento dos bancos -, chegue a partir da segunda quinzena de junho para os agricultores. Seria uma coisa quase que inédita mais incrível; seria o dinheiro chegar antes do plantio, que é uma coisa que até então não vinha ocorrendo e isso será um avanço enorme.

Há uma série de simplificações na questão do acesso, os bancos estão tentando também dar sua participação... Quer dizer, não chegamos ainda na questão dos juros... (RISOS)... Mas, nós chegamos um pouco na simplificação, ainda de que, com o tempo nós vamos aprimorando.

Há uma modalidade específica que é a questão do PRONAF alimentos, e que está, justamente, voltada para atender essa demanda para os alimentos básicos em função da expansão do cartão alimentação. Basicamente, para essa modalidade de PRONAF alimentos, agricultores familiares que tiverem no seu sistema de produção os cultivos de arroz, feijão, milho, mandioca e trigo, terão um sobre teto de trinta por cento sobre o valor financiado. A idéia é que você vai ter um aumento de consumo e o aumento de consumo deve ocorrer no início do ano que vem, quando o Programa estiver estendido ao número maior de famílias e para que nós não corramos problemas de pressão inflacionaria, nós precisamos aumentar a oferta. Quer dizer, nós estamos apostando tudo nos agricultores de base familiar. E isso deve resultar num aumento de 1,4 bilhão de crédito do PRONAF alimentos, para os agricultores.

Há uma série de inovações no PRONAF, PRONAF Mulheres, Índios, tem uma série de modalidades que o MDA está abrindo. Eu não vou ter tempo de me alongar aqui, mas só para contemplar a preocupação dos companheiros que tocaram na agricultura familiar, de que isso é um tema que está absolutamente presente na discussão. E eu diria que, juntamente com o Ministério de Segurança Alimentar é onde se está tentando, já desde o início do Governo, implementar políticas de inclusão de uma forma rápida e mais ampla possível. *Ok?*

A questão do microcrédito também está presente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá anunciar, no meado do ano, o Programa de Criação de Cooperativas de Créditos e aí boa parte delas também tem a ver com microcrédito na área rural. O pessoal da SAF, do Ministério da Fazenda, está coordenando isso. E deverá ter um anúncio de políticas nessa área.

Uma outra novidade importante é que acabamos de aprovar, essa semana, uma MP criando a possibilidade de compra direta da agricultura familiar. O Ministério de Segurança Alimentar tem para 2003 quatrocentos milhões de reais, para comprar da agricultura familiar sem estar submetido à lógica do preço mínimo. É algo que está em fase de implantação. Nós teremos algumas dificuldades, como qualquer programa novo, mas, a nossa avaliação é que esse é um instrumento absolutamente importante para atingir, principalmente, o pequeno agricultor com dificuldade de inserção no mercado. Todos devem acompanhar, o preço mínimo que temos vigente, hoje, não serve para nada. Um saco de milho no preço mínimo, hoje, custa nove reais. Quer dizer, pagar nove reais no preço mínimo para o agricultor familiar, não dá nem para encontrar adjetivo para dizer o que significa isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Esse programa de compras, que para este ano tem esse montante de recursos só do MESA, deverá aumentar com recursos dos outros Ministérios no ano que vem. Nós achamos que é uma medida absolutamente fundamental, que terá um impacto importantíssimo nesse segmento da agricultura familiar, com a finalidade de fazer uma garantia de renda para esse pequeno agricultor e, ao mesmo tempo, formar pequenos estoques estratégicos para atuação em mercados locais, para atender, emergencialmente, aquele nosso público prioritário, de área de assentamentos, indígenas, quilombolas e tudo mais.

Na questão do estrutural, o Sr. Manoel foi quem tocou mais diretamente nisso, eu acho que são as duas coisas. Realmente, nós estamos tentando, na medida do possível, expandir as políticas emergenciais, mas, ao mesmo tempo, estamos construindo essa base de transformação de apoio à agricultura familiar.

A questão levantada pelo Sr. Wilson, do prazo de um ano e meio com as eleições. Eu acho que precisamos separar as duas coisas. Não podemos ficar com a idéia que o cartão vai acabar no ano que vem, nas vésperas das eleições. Obviamente, não foi isso que o Sr. Wilson quis colocar, mas, a idéia é que se optou por esse período de um ano e meio para as famílias. Agora, há uma aposta, como você falou, que o nosso Governo consiga retomar o ritmo de crescimento. Quer dizer, estamos todos na dependência disso, por uma questão de crescimento de emprego.

O que vai acontecer? As famílias que entraram mais cedo foram poucas, nos Municípios que entraram em fevereiro foram menos. A maior parte das famílias começará a entrar agora em junho, julho, por conta do cadastramento. E aí o que acontece na verdade é que o senhor, em função da questão de recurso, acaba tendo que... Nós estamos trabalhando com um número máximo de famílias que podemos atender por Município. O que principalmente acontecerá – eu concordo aqui que será um drama –, é que se o cenário não melhorar, acabaremos tendo que escolher entre os pobres, quem é mais pobre, porque é a idéia de que acabaríamos fazendo uma rotatividade desses pobres atendidos por esses programas.

Eu acho que se a situação econômica não tiver muitas mudanças, talvez esse prazo tenha que ser revisto, ou ampliarmos o número de famílias atendidas no Município.

Mas, enfim, esse é um debate que também perpassa a questão das políticas sociais do Governo e não está só na dependência do Ministério da Segurança Alimentar.

Juntando isso com a questão dos acampados, é óbvio que a questão das famílias acampadas tem que se resolver via assentamento de reforma agrária, quer dizer, não é o MESA que vai resolver isso. Quer dizer, a política de resolver o problema dos assentados de reforma agrária, no Brasil, é do MDA que está fazendo uma política de assentamento nesse sentido. E nós não podemos ficar nesse atendimento emergencial eternamente. Não é sustentável essa situação.

A questão da multiplicação dos conselhos também foi outro tema que o Sr. Wilson tocou. Eu acho que mais do que o problema da multiplicação de conselhos, é que efetivamente quase nenhum conselho funciona.

Eu estive em Guaribas e Acauã para o lançamento do Programa Fome Zero, e eu posso garantir para os companheiros que o único que funcionava nos dois Municípios era o Comitê criado pelo cartão alimentação. Era o Comitê Gestor. Porque o Governo do companheiro Wellington Dias abraçou a causa do Programa Fome Zero e fez um trabalho muito interessante de fazer essa constituição do Comitê fora da alçada dos Prefeitos, e aí garantindo aquela preocupação que foi manifestada por CONSEA, que eu acho que vale para os Comitês Gestores também, que é a idéia de você ter a mínima participação da Prefeitura e o restante da sociedade civil organizada. Este é um problema que se você não faz isso, não se faz uma revisão adequada do cadastro único e não inclui famílias novas beneficiadas, porque aí cai na decepção do companheiro que falou sobre o uso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

político – esqueci-me do nome dele -, quer dizer, se ficar com o Prefeito, obviamente que não conseguiremos caminhar.

Eu acho que essa questão dos Conselhos, necessariamente, nessa questão da política ou da integração das políticas sociais do Governo terá que se caminhar para uma política de melhoria desses Conselhos Municipais. Eu acho que isso deve caminhar conjuntamente

Um último ponto que anotei é a questão da interlocução com o Estado, que o Sr.Nelson Borges abordou. Qual é o procedimento? Eu acho que a Sr.Marlene Rocha deve ter tocado nesse assunto. Como há contrapartidas de Estados e Municípios, em qualquer que seja o programa federal, seja o bolsa escola, seja o bolsa renda, enfim, qualquer um deles, tem-se uma contrapartida de Estados e Municípios. Para que esses Estados e Municípios entrem no programa, há um termo de adesão, um termo de cooperação e nesse termo de adesão há uma indicação de uma interlocução pelo Governo do Estado. Como nós temos, infelizmente, poucos Estados governados pelo PT ou partidos aliados, essa relação com os Estados não é muito uniforme e não tem como tirar essa instância Estadual e Municipal da conversa, até porque, tem uma questão legal envolvida nisso.

Eu acho que temos que tentar nas representações de como intergestores, CONSEA municipal, CONSEA estadual, articulação com o partido e com os movimentos sociais fazer uma representação nesses espaços que garantam uma disputa. No fundo é isso. Nós temos um projeto que está em disputa ainda na sociedade. O Programa Fome Zero não é um projeto consolidado, muito pelo contrário, há regiões em que os Prefeitos detectam o poder transformador, que é o Programa Fome Zero fora do seu controle. Nós estamos tendo problemas também por conta disso, mas é um processo que está em disputa. Temos que nos colocar nessa disputa e, nesses espaços de representação popular e de participação da sociedade civil, entrar o máximo possível para garantir uma aplicação adequada de recursos, um controle social adequado, uma inclusão das famílias mais excluídas.

O problema realmente existe porque os Estados são muito diferenciados, inclusive no seu grau de seriedade com o Programa.

Falando um só mais um pouquinho, para não prejudicar a Sr^a Marlene Rocha e o próximo evento, ficaria por aqui, falando uma última coisinha, que é a questão das contrapartidas, para evitar esse sentimento de esmola na doação.

Os programas sociais no Governo Lula pretendem levar muito a sério essa questão da contrapartida das famílias beneficiadas por qualquer política social, seja via curso de alfabetização, seja via acompanhamento da saúde da criança e outros mais. Nós temos que dar um salto e não basta exigir contrapartida, como aparece muito na mídia. Se o Estado, nas suas diferentes instâncias, não garante esse serviço para que as famílias beneficiadas exerçam essa conta partida. Se a contrapartida é a criança ir para a escola, nós temos que ter uma escola decente; se a contrapartida é o acompanhamento no posto de saúde de vacinação, nós precisamos ter um posto de saúde decente; se a contrapartida é uma questão da erradicação do analfabetismo, nós temos que ter um processo de alfabetização decente.

Eu acho que essas coisas têm que estar... E eu acho que isso envolve claramente também, a questão do tempo de permanência no cartão. Uma relação caminhe para essa emancipação da família, na busca, na construção da sua cidadania. Eu acho que é um desafio enorme, mas acho que é o caminho que temos que trilhar.

Desculpe novamente o atraso e por hora é o que eu queria acrescentar nas colaborações que foram feitas por companheiros. Quero colocar-me à disposição, em outro momento, para poder aprofundar mais essa conversa.

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) - Obrigado, Sr. Otávio Vicentim Balssadi.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero agradecer a sua participação, e passamos a palavra, para a companheira Marlene Rocha para responder e também, para encerramento.

A SR^a MARLENE ROCHA – Eu vou pontuar rapidamente aquilo que nós não salientamos ainda nem na intervenção e nem no primeiro bloco de resposta.

Com relação à questão dos Municípios, todos serão incluídos no Programa Fome Zero? Todos, até 2004. Essa é a perspectiva do Ministério. É poder chegar a todos os cinco mil quinhentos e sessenta e tantos Municípios que tem no País.

É claro que esse cronograma de implantação, nesse primeiro momento, é extremamente necessário. Seria irresponsabilidade do Governo implantar o Programa, imediatamente, em todos os Municípios, porque todos os Municípios têm grupos familiares que vivem insegurança alimentar. É apenas uma decisão de planejamento mesmo, mas a perspectiva é chegar aos cinco mil Municípios até 2004. E esse cronograma de permanência do cartão tem haver com isso também e com essa contrapartida, com a inclusão. Tudo isso é um planejamento que pode ser revisto e retomado, como já foi salientado aqui pelo Sr.Otávio Vicentim Balssadi.

Ao Vereador que perguntava se haverá palestras em todos os Municípios. Isso é uma responsabilidade do Sr.Nelson Borges e de todos os senhores aqui. Haverá palestras se os senhores se organizarem, se prepararem em coletivo. Uma sugestão que nós temos dado a todos os Estados, que organizem junto com o coordenador um coletivo de companheiros que se disponham a fazer esse trabalho de divulgação, de debate, de palestra, de motivação, para mobilização em torno do Programa Fome Zero.

Como eu dizia antes, essa é uma política que nós temos que estar disputando-a na sociedade. E a disputa é com o Prefeito, com as entidades que são entidades fantasmas, que vão resistir, que sempre receberam recursos públicos para fazer suas políticas individuais. Elas vão resistir, e nós vamos precisar nos organizar para fazermos a disputa.

E o que dizia o Sr. Alemão aqui, é isso mesmo. Nós temos que sair na frente. Não sair na frente com aquele Presidente do Sindicato, que está credenciando, cadastrando agricultor, porque está esperando o recurso chegar. Mas sair na frente, no sentido de promover o debate, chamar as entidades, motivar as sociedades a se organizarem e contribuir com a estruturação do Programa. Se ficar só na mão do poder público local, nós vamos ter problema. Não é possível fazer sem o poder público local. Agora é preciso que nós estejamos lá, juntos, e de olho. E essa ação do PT aqui no Estado é fundamental para que nós possamos fazer isso.

Como eu dizia para os senhores antes também, que o Estado do Maranhão já fez o seminário estadual e está fazendo seminários regionais, em todas as dez regiões do Estado. Então, se os senhores têm uma estrutura de organização do Partido aqui, no Estado, devem aproveitar essa estrutura. Devem aproveitar a inserção dos senhores mesmos, nos movimentos sociais, nas associações, nos sindicatos, nas entidades religiosas. Não tem militante do PT que seja só militante do PT, está sempre em várias coisas. Nós temos que aproveitar isso, a nossa experiência, a nossa capacidade de mobilização e, principalmente, a nossa auto-estima enquanto Governo. Isso é uma coisa que nós temos feito um esforço enorme, é levantar a auto-estima dos militantes do PT. Nós temos muitas vezes que questionar o Prefeito, assim como fez o Sr. Alemão. É claro que o Sr. Alemão fez, porque o Prefeito é amigo dele. Agora, Sr. Alemão, o senhor terá que se organizar para derrotar esse Prefeito, pelo amor de Deus! Pular de Partido do jeito que ele tem pulado, eu acho que não contribui em nada! Vamos nos preparar para disputar a Prefeitura com ele, o ano que vem.

E é isso, nós temos que chegar no Prefeito mesmo e dizer: “Não é assim! As coisas mudaram”. A sociedade está sendo chamada pelo Presidente para participar, então não é possível organizar o Programa Fome Zero aqui, com um Conselho, só de representantes da Prefeitura. Não é essa orientação. É claro que nós não temos nenhum instrumento legal para impedir que isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

aconteça. Agora, nós temos a nossa capacidade de mobilização para pressionar o Prefeito. E aí que entramos enquanto petistas.

Sobre as cestas básicas para os acampados já foi respondido pelo Sr. Otávio Vicentim Balssadi. Vai depender... Inclusive, ontem, à noite, teve uma reportagem longa na TV Record, sobre o aumento proporcional ao ano passado das ocupações do Movimento Sem-Terra. E aí fazia um balanço de quanto aumentou no Governo Lula e o que isso significa. E o Ministro Miguel Rosseto explicava que o Programa de assentamento já está avançado, já foram liberadas várias áreas para assentamentos, e tem o levantamento dos acampamentos. Isso tem que ainda ajustar à realidade, mas esse processo deve começar já nos próximos meses. E é claro, à medida que as famílias serão assentadas tem toda uma preocupação diferente do Governo anterior. Não é só assentar, é garantir as condições de produção, de assistência técnica, de recurso, de subsídio, para poder fazer com que os assentamentos produzam e não aconteçam o que está acontecendo hoje, com vários assentamentos que estão improdutivos, não por incapacidade dos produtores, mas por falta de condições para isso.

Sobre os Conselhos o Sr. Otávio Vicentim Balssadi já falou. Eu já havia dito, no meu pronunciamento, que eles não são iguais e nem devem ser, porque cada Conselho deve representar o nível de organização da sociedade. E a única coisa que ele precisa ser igual é que ele deve ser instituído a partir de uma lei Municipal, um decreto ou um projeto de lei, e deve ser empossado esse Conselho pelo Prefeito. Agora, o tamanho, a característica dele vai depender muito de cada cidade.

O Banco do Brasil que já criou um Conselho, precisa ir lá verificar que tipo de Conselho é esse. Não existe nenhuma entidade, nenhuma empresa federal, e o Banco do Brasil é um banco federal. Ele não pode criar Conselho. Quem cria Conselho é o prefeito, em última instancia. É claro que nós queremos que o Conselho seja criado por essa mobilização toda que nós já falamos. Nós precisamos ir lá ver o que é que eles criaram, não deve ser o Conselho. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Correio, eles todos são parceiros do Programa Fome Zero, já respondendo a pergunta do companheiro que perguntou qual é o papel do correio.

Todas essas três empresas são parceiras do Programa Fome Zero, têm sido orientadas pela direção nacional das suas empresas a desenvolverem ações; as ações têm sido muito mais ações de recolhimento de alimento e de distribuição. E a orientação que tem sido dada também, é que a distribuição seja feita no próprio Município, e aí é que eu dizia como é importante organizarmos o COPO, no Município, para poder coordenar essas ações de recolhimento de alimentos e distribuição, para que não aconteça de famílias estarem recebendo mais e outras famílias não estarem recebendo nada.

É importante esse aspecto do mutirão, exatamente para incluir as ações dessas empresas e de outras que já estão fazendo. Agora, não tem um interlocutor do Ministério da Segurança Alimentar nos Municípios. Ainda não há uma perspectiva de haver uma estrutura do Ministério em cada estado, como existe no Ministério da Agricultura, no Ministério da Saúde, a Pesca agora também já está ampliando e construindo estruturas nos estados; o MESA não tem ainda - pode ser que isso esteja nos planos, mas vai depender muito da realidade, da estrutura do Ministério-, não pretende ter interlocutores nos estados. Quem faz essa interlocução é essa estrutura que nós estamos estimulando que seja criada em cada Município, o Conselho, essa estrutura do mutirão, o COPO, os PRATOS, os TALHERESs e o SAL, pode ser até que isso seja revisto, mas neste momento não tem.

A CONAB, foi feita uma discussão com eles há um mês e meio atrás, no sentido da CONAB assumir essa interlocução, só que o papel da CONAB é outro. O papel da CONAB é muito mais de armazenamento, de controle, de compra de produtos. É claro que a CONAB é uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O PROGRAMA FOME ZERO, REALIZADA NO DIA
23 DE MAIO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

parceira de primeira hora no programa Fome Zero, mas tem uma dificuldade de logística para poder fazer essa interlocução.

Então, não tem um interlocutor designado. Essas estruturas precisam ser criadas, para nós podermos fazer essa interlocução a partir delas. Eu acho que é isso. Nós podemos continuar este debate, quero contar com a participação de todos os senhores lá, no seminário, que agora terá a participação da sociedade, de outras entidades.

Agradecer ao Nelson, aos companheiros do Diretório Municipal, a Vereadora Enelinda Scalla, essa mobilização e a oportunidade de estarmos aqui discutindo com os senhores. Eu acho que os senhores precisam ajudar o Sr.Nelson Borges a organizar um plano de trabalho da Secretaria Estadual de Acompanhamento do Programa Fome Zero aqui no Estado de Mato Grosso. O desafio está lançado a todos os senhores e eu tenho a certeza que nesse planejamento deste final de semana, do Diretório, os senhores já devem estar pensando essa estruturação da Secretaria aqui.

Nós ficamos à disposição, se precisar voltar, nós estamos aí para isso. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ORENCY FRANCISCO DA SILVA) – Companheiros, o Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, em conjunto com o Diretório Municipal de Cuiabá e a Vereadora Enelinda Scalla, agradecer por este momento e reforçar o convite para irmos para o Colégio Liceu Cuiabano.

Quero agradecer também a Assessoria, os funcionários da Assembléia Legislativa e também os Assessores dos Deputados Ságua e Verinha Araújo que contribuíram para a realização deste evento.

Lembrando que daqui a pouco também, tem a festa de inauguração do Diretório Estadual. Estão todos convidados também.

Muito obrigado a todos. Boa-noite!

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
 - Denize Maria Soares Martins de Siqueira.